Terceira parte

As nações colonizadoras da América do sul

Manoel Bomfim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOMFIM, M. As nações colonizadoras da América do sul. In: *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 31-80. ISBN: 978-85-99662-78-6. <https://doi.org/10.7476/9788599662786.0004>.

This work is free of known copyright restrictions. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Este trabalho está livre de restrições de direito de autor e/ou de direitos conexos conhecidas.
<http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

Esta obra está libre de restricciones conocidas de derechos autorales. <http://creativecommons.org/publicdomain/mark/1.0/>

TERCEIRA PARTE

AS NAÇÕES COLONIZADORAS DA AMÉRICA DO SUL

A educação guerreira e depredadora

O LADRÃO -... E vós mesmo, que tendes feito até hoje?

ALEXANDRE – Tenho vivido como um herói: o mais bravo entre os bravos, o mais nobre dos soberanos e o mais poderoso dos conquistadores... E tu, ladrão miserável?...

O LADRÃO – Mas que vem a ser um conquistador?... Não percorrestes em pessoa toda a terra, como um gênio mau, destruidor dos belos frutos do trabalho e da paz... pilhando, matando, sem lei e sem justiça, simplesmente para satisfazer uma sede insaciável de domínio? Tudo que fiz, com centenas de homens, num pequeno recanto, vós o fizestes com centenas de milhares, sobre nações inteiras. Onde a diferença?... Nisto: o nascimento fez de vós um rei, e de mim um simples particular; sois um ladrão mais poderoso do que eu.

Aiken e Barbault, Evenings at home

I

Voltemo-nos agora para a vida dos povos colonizadores da América.

A Espanha aparece na história com as invasões cartaginesas da península, pelo século IV antes da era atual. Porventura, houvera já outras invasões de fenícios ou de berberes em tempos pré-históricos. Acredita-se que, nas populações estabelecidas na Ibéria, havia muito sangue africano, pela infusão de raças do Norte da África; parece certo, também, que várias migrações de celtas concorreram para formar estes povos que lá se encontravam – os chamados celtiberos, na época em que principia a história da península.

Os cartagineses fundam ali colônias, que se tornam das mais importantes do seu domínio; e “a ocupação cartaginesa parece ter encontrado benévolo acolhimento por parte das populações ibéricas... Na

comunidade de raça, encontraremos, talvez, a explicação deste fenômeno”. Se, então, não houve lutas, o gênio guerreiro da Espanha não tarda a manifestar-se. É a península que fornece aos barcas o melhor dos seus exércitos, no duelo tremendo de Cartago e Roma. Aquela é vencida, mas a Espanha, tendo acompanhado o cartaginês contra a poderosa república latina, repele ainda as investidas dos romanos. Vitoriosos e tenazes, estes assenhoreiam-se, finalmente, da península, substituem-se aos cartagineses; mas, por mais de dois séculos, têm de lutar contra a resistência daquelas populações celto-fenícias, “resistência renascente sempre, em guerrilhas irredutíveis, que levaram a república a manter ali guarnições permanentes, e uma ocupação militar dispendiosa e difícil, contra as tradições do governo romano”. É um fato a notar: o caráter desta resistência, porque ela traduz um elemento essencial do caráter nesses povos espanhóis, em toda a sua história posterior. Viriato, Sertório, Numância... lembram, na história, o heroísmo dessa resistência. A defesa de Numância iguala os fastos guerreiros dos gregos de Platéia ou das Termópilas. “Reza a história que, dos numantinos, nem um só restou, depois de decapitados os cinquenta esqueléticos e famintos do cortejo de Cipião. Os outros na fúria se mataram”.

A conquista romana da Ibéria começou com o século III a. C., e só terminou, e só se estabelece a paz definitiva, no governo de Júlio César, quase três séculos depois.

Quatro séculos vive em paz a península, organizada em província romana, das mais ricas e importantes. No tempo de Plínio, contava ela 829 cidades, possuía todas as garantias jurídicas da organização romana e apresentava um estado de cultura comparável somente ao da própria Itália. Quando os bárbaros do Norte se derramaram sobre o Império Romano, a Espanha é invadida pelos visigodos, vândalos, alanos... Verdadeiramente, não é a Espanha a vencida por estas hordas: é Roma. A península era naquele momento essencialmente latina; foi um general romano quem, por traição, “abriu os desfiladeiros dos Pireneus à invasão, nos primeiros anos do século V”. Substituem-se os visigodos aos romanos; a guerra não se alonga muito; os bárbaros passam assolando, saqueando, devastando: “a onda de tribos – dessas tribos de onde sairá a futura aristocracia da península – encontrava abundante pasto para cevar a sua fome de gozo”. É isto o que caracteriza essas migrações de bárbaros. Seguem-se hostilidades entre eles. Mais fortes, os visigodos estabelecem-se definitivamente, fundam um império. Um século durou o império vi sigo do, pujante e forte;

isto não significa, porém, que houvesse sido um século de paz. A península não mais a conheceu, depois que os bandos bárbaros desceram os Pireneus; começou neste momento uma sucessão de lutas, saques e rapinas. Os romanos não resistiram; mas os próprios bárbaros disputavam cruamente a presa entre eles. Em 415, lutam os visigodos contra os vândalos, que são finalmente expulsos para a África. Segue-se a luta contra os alanos e suevos, que só termina em 584, pelo aniquilamento definitivo destes últimos, fixados na Galícia, e que, nessa data, perderam de todo a independência. Numa última campanha, diz um historiador, “os segundos bárbaros – visigodos – passaram a ferro e fogo a Espanha... saqueiam Braga, Astorga e Valência...” Era dos costumes da época. Então, começou o declínio do império visigodo, esse império que se caracteriza “como um bando de homens que caem sobre a Espanha e tudo aceitam das populações naturais – religião, língua, leis e instituições, reservando para si apenas o eixo da autoridade e o gozo das riquezas adquiridas”.

Quando começam a desaparecer os vestígios das depredações da conquista e invasão, menos de um século depois do estabelecimento definitivo das instituições visigóticas, surge em face da Espanha o árabe, que vinha vitorioso e avassalara todo o Norte da África. Em 711, cai sobre a península, vence facilmente o império visigodo, já enfraquecido, e substitui-se ao bárbaro cristianizado. E a luta se reacende. Note-se, não é guerra – é luta. Guerra, não há quando o bárbaro invade a península, que é tomada facilmente; guerra, não há quando o árabe se apresenta – ele domina de pronto; mas a “luta” se reacende. Em verdade, o godo nunca dominou em absoluto toda a península. Vencida, aniquilada Roma, houve, contudo, uma porção – insignificante – da Ibéria que se manteve insubmissa ao bárbaro, resistindo a ele:

Vários pontos das duas costas – sul e ocidental da Espanha, se conservaram sob o domínio dos latinos de Bizâncio, que incitavam os naturais a repelir o jugo dos godos... Por morte de Justiniano – rei godo – um dos pretendentes ao trono conquistara o auxílio do Império do Oriente assinando um tratado pelo qual várias cidades da costa eram cedidas aos romanos-bizantinos, em cujo poder ficaram até que, em 631, Suintila os expulsou definitivamente da Espanha – mas não dos seus últimos presídios da África, onde Septius e Tingis, pelo menos, continuaram bizantinas até 711.

Disputas dos invasores uns com os outros, resistência, relutância de certas populações em aceitar o domínio dos novos conquistadores, mantêm a península agitada até ao começo do século VIII. É o período de agitação e também o de assimilação e unificação dos povos peninsulares. O visigodo se cristianiza, aceita a civilização e os costumes que ali encontra, integraliza-se no elemento ibero e, quando o sarraceno invade a Espanha, já é uma população relativamente homogênea -latino-cristã – que o recebe.

Estabelecido o árabe na Espanha, recomeçam as lutas e revoltas – agora contra um novo dominado r. Aniquilado o império visigodo, vão esconder-se nas montanhas das Astúrias uns restos de insubmissos, irredutíveis – são os bandos de Pelayo, que vieram crescendo e engrossando, depois, avançando e reconquistando a pátria, até expulsar completamente o árabe-momo, oito séculos mais tarde.

II

O árabe, o muçulmano – tipo perfeito de civilização expansiva, guerreira, depredadora – vinha flamejante da sua nova fé; vinha vitorioso e rico, e para a península encaminha grande parte dessas riquezas, que ele tem arrebanhado pelo mundo, fruto de saques e tributos. Tendo vencido o mouro, e convertendo-o ao maometismo, arrasta-o consigo à Ibéria. Teve um momento de verdadeiro fulgor o domínio sarraceno na Espanha. É ali que a civilização árabe se mostra no seu apogeu de glória. Mas durou pouco esse reinado de poder incontestável, de brilho e prosperidade do novo dominador. As suas dissensões – entre árabes e mouros – os enfraquecem e permitem aos insubmissos asturianos avançar para a reconquista.

São, estes, bandos de guerrilheiros, tão desorganizados a princípio, tão instáveis, que “mais parecem salteadores”. No entanto, a resistência avoluma-se, os reveses organizam-se; já não são bandos, senão exércitos; estabelecem corte em Oviedo e, em 739, vinte e sete anos apenas depois da conquista árabe, já aparece ao Norte da península um Estado cristão-espanhol, saído desse núcleo de guerrilheiros asturianos. É o Reino de Leão – asturo-leoneses; daí, sairá Portugal. Ao mesmo tempo, surge Navarra e, pouco depois, destaca-se Barcelona. Em torno destes centros, a Espanha cristã se vai agregando e crescendo sempre. O movimento vem naturalmente de Norte e Leste para o Sul. Com as naturais alternativas da

luta, o sarraceno vai sendo alijado, pelo mesmo caminho por onde viera. Em meados do século VIII, já toda a Galícia até a Estremadura – Braga, Vizeu, Porto, Coimbra, Coria, Toledo, Tudela, Pamplona – toda esta parte, estava definitivamente ganha. Aí, o domínio árabe não dura nem meio século.

Ficam assim, lado a lado, invadindo-se, mutuamente, lutando sempre, cristãos e sarracenos, até que, em 1492, cai em poder daqueles o último reduto mouro-árabe – Granada. A Espanha, que já vinha agitada, perturbada, convulsa ainda da invasão bárbara, viveu, depois, estes oito séculos de luta contínua, tenaz, implacável – luta de populações dominadas e que vão, a pouco e pouco, reconquistando o solo e levando diante de si o invasor. São infinitas as peripécias dessa campanha de oito séculos; os feitos se complicam de tal forma que não há como resumi-los num quadro ligeiro. De uma parte e da outra, surgem fatores especiais, que modificam o aspecto geral da luta e provocam episódios contraditórios. Insurgindo-se, os cristãos não aparecem como um estado único; formam-se logo várias nações espanholas, vigorosas desde a primeira hora e que se expandem, crescendo sobre o “infel” – é este o inimigo comum. Mas, muitas vezes, os Estados cristãos lutam entre si. Ora são Estados que se desmembram, ora são nações que se agriem, as mais fortes conquistando e incorporando as mais fracas. Por seu turno, os sarracenos também se hostilizam – mouros e árabes. Daí decorrem crises, estranhamente anômalas: aliança de Estados cristãos a grupos sarracenos para combater a outros cristãos ou a outros sarracenos. São alternativas passageiras, o pensamento geral persiste – a expulsão do infel. A grande complexidade da luta vem dessa circunstância: que, nestes oito séculos de campanha, cumpria-se na península uma obra ao mesmo tempo destruidora e reconstrutora – a eliminação do árabe-mouro e a unificação da Espanha. A constituição da nacionalidade levava as nações espanholas a essa dupla campanha – expulsão do invasor e absorção dos Estados fracos pelos fortes. Era a reconquista do solo e a assimilação política das populações.

Destarte, quando caiu o último reduto do sarraceno a Espanha era uma nacionalidade única – à parte Portugal. Em 1492, reconquista-se Granada; em 1504, os 13 Estados cristãos, que se formaram na Ibéria, aparecem unificados: Portugal de um lado, e Castela – o resto da Espanha – do outro.

III

Nos fins do século XV, a Espanha está constituída nação moderna, livre, organizada, vitoriosa e à custa dos seus próprios esforços. Esse trabalho íntimo de organização fora prodigioso, único talvez, do que se conhece na história dos povos. Daqueles aluviões sucessivos de gentes – fenícios, celtas, cartagineses, romanos, godos, suevos, alanos, mouros, árabes... ela fizera uma nacionalidade única, perfeitamente caracterizada, homogênea e forte. Foi um cadinho de povos e raças, tradições e costumes – depurou, eliminou os elementos irredutíveis, irritantes; fundiu, congregou, numa massa única, o resto. O cadinho ferveu doze séculos – 1.200 anos de luta, guerra contínua! Não dessas guerras em que só os exércitos tomam parte; das quais a população sofre, mas não sofre diretamente. Aqui, é a revolta constante, o conflito perpétuo de populações inimigas, vivendo sobre o mesmo território, transbordando umas sobre as outras. Todo o mundo participa da luta: “A antiga cúria tornara-se uma hoste, acastelada nas muralhas ameaçadas da vila; e o bando municipal via-se obrigado a defender com as armas na mão a segurança dos mercados e feiras. Por seu lado, o clero estabelecia periodicamente a paz de Deus, intervalo sagrado, como férias em que a batalha era defesa”. Fora daí, a luta se impunha como uma necessidade normal, generalizada – a guerra de todos contra todos, violenta, terrível, implacável; guerra de religião, e ao mesmo tempo guerra de reconquista. Em extensão, ela compreende toda a península; em ardor, inflama-se nos mais violentos sentimentos – o fanatismo e o instinto de conservação:

“Cumpre-nos devorar os cristãos e os nossos descendentes os descendentes deles, enquanto houver cristianismo”, era o cânone desses sarracenos contra os quais se defendiam os espanhóis. É a guerra por toda a parte, a guerra civil complicando a guerra geral do cristão que repele o árabe.

Este, passando pelo Norte da África, havia vencido e subjugado as populações naturais – berbere-mouras; converteu-as ao islamismo, arrastou-as à península; mas, em verdade, o mouro nunca se fundiu com o árabe. Mesmo em face do cristão, continuou o conflito fatal do vencido e

vencedor; e a luta se arma, mal se estabelecem sobre a terra conquistada em comum:

...Imediatamente as discussões religiosas, que retalhavam a Igreja maometana, e o temperamento fanático e ortodoxo do africano oposto ao temperamento céptico, poético e inventivo do árabe, se chocavam, anunciando as revoluções da Espanha muçulmana.(...) Capazes de submeter e dominar a Espanha com esse misto de violência e de astúcia que caracteriza os orientais, os novos invasores sofriam gravemente das desordens intestinas, logo aos dez anos apenas decorridos depois do seu feliz desembarque. Os *walis*, ou governadores das províncias, contribuíam para a desordem, prevaricando e resistindo à autoridade central. Por outro lado, os *chaikhs* mouriscos, chefes das tribos berberes que tinham vindo à Espanha numa correria um pouco mais longa, continuavam nela a sua existência nômade, turbulenta, mantendo um estado de insurreição permanente contra os generais árabes, e de constantes lutas entre si. Eram grandes as rivalidades e os ódios entre berberes e árabes. (...) A história do interminável duelo das duas raças islâmicas recomeça sempre. O poder supremo passa de mão em mão à mercê das revoluções e guerras civis, das intrigas e dos assassinatos. (...) O *walis* na sua província, *alkaid* na sua cidade, o *chaikh* à frente da sua tribo, declaram-se todos independentes, e entre todos começam a declarar-se as guerras. A Espanha apresenta o aspecto de um feixe de nações, que são exércitos em campanha; as fronteiras flutuam à maneira que a sorte das armas favorece os chefes militares. (...) Apesar da necessidade de recíproco auxílio, o duelo entre a raça berbere e a árabe prosseguia sem interrupção, tão grande era o ódio entre ambas, que chegava a fazer esquecer o que professavam contra os cristãos.

Por outro lado, os cristãos, ainda não de todo unificados, são trabalhados dos mesmos ódios e rivalidades, “dissensões internas desta Espanha visigótica, onde os partidos, pospondo muitas vezes o patriotismo e a religião ao ódio, vêm repetindo os exemplos dos berberes vizinhos”. É por isto que se vêem sarracenos ao lado de cristãos, contra outros sarracenos e cristãos: “Embora se levantou Afonso VI com o pendão da cruz do lado dos emires contra os exércitos almorovides, como outrora os asturianos quando combatiam ao lado dos sarracenos de Toledo contra os de Sevilha”.

Da parte dos espanhóis cristãos, não é só a guerra dos grandes Estados entre si, a agregarem-se e desagregarem-se, à mercê das ambições dos príncipes, até que desaparecem todos no reino de Castela; não é só a luta de três séculos de Portugal e Leão, e depois de Portugal e Castela; são também as dissensões entre os grandes senhores e os levantes do elemento propriamente popular. “As crônicas de Sevilha, Toledo, Cádiz, do Norte, do Sul, do centro, do Oriente e do Ocidente da Espanha dão testemunhos dessa vida agitada das facções, que, reproduzindo o que sucedia na parte muçulmana dela, dava lugar, na parte cristã, a singulares e extravagantes fenômenos”. Até o começo do século XVI, sucedem-se revoltas de caráter puramente popular, reivindicações democráticas: os reclamos das *uniones*, levantes das *bahetrias* em defesa dos antigos foros comunais – movimentos *fueristas*.

IV

Qual o efeito destes onze séculos de guerra constante e generalizada sobre o caráter das nacionalidades ibéricas?.. De que forma esse passado vem influir sobre o futuro?

Duas foram as conseqüências deste passado de lutas permanentes sobre os povos ibéricos, conseqüências que se combinaram maravilhosamente para os impelir às aventuras que constituem a sua vida posterior: a educação guerreira, exclusivamente guerreira, a cultura intensiva dos instintos belicosos de centenas de gerações sucessivas; o regime a que eles se afizeram durante esses longos séculos – de viver de saques e razias; o desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras; a impossibilidade, quase, de se habituarem ao trabalho pacífico.

A guerra era o regime normal, cortado apenas pelas tréguas forçadas – *a paz de Deus*, para recomeçar mais violenta ainda depois. Aquelas populações tinham já no sangue e nas tradições a predisposição natural a essa vida belicosa – celtifênícios de um lado e godos do outro. A ocupação sarracena transporta-as às condições do bárbaro primitivo: “Vivem como feras, diz um cronista árabe, falando dos bandos de pelayo; nunca lavam o corpo, nem o fato, que nunca mudam”. O temperamento ardente os arrasta para a luta, o caráter indomável os leva à revolta permanente. Populações

naturalmente propensas à guerra acabarão pervertidas pelos onze séculos deste regime. Já lutam por lutar, lutam entre si:

A turbulência, a necessidade de combater, a grosseria dos instintos, a *bravura* dos sentimentos, só podem subordinar-se à dura situação que se impõe quando os guerreiros se acham reunidos em campo sob a ameaça comum de um poderoso exército sarraceno. Ganha a batalha, recordam-se todos os ódios pessoais, surge a cobiça; o exército da véspera dispersa-se em bandos hostis, e, ao auxílio trocado em face do inimigo comum, sucede a fúria com que a sós se exterminam. Os nomes dos Fuensalida etc. são os da família política desse Cid, que é o tipo genérico do *condottiere* peninsular da Idade Média.

Esse amor da guerra pela guerra é o característico psicológico destes heróis. O célebre Campeador,

O famoso Cid, é o tipo, não da cavalaria poética, fiel a Deus e à sua dama, mas sim desses aventureiros audazes, sem lei, sem fé, que alugavam o braço valente a quem o pagava melhor. Passou metade da vida ao serviço dos sarracenos como soldado da fortuna; como passou a outra metade a combater-los. Ibn-Bassan, o cronista árabe, chama-lhe o *Cão da Galícia*, e um salteador sem honra, faltando aos juramentos, mentindo às capitulações. Os Beni-Houd de Valência pagavam-lhe para os defender contra os cristãos; e, tão falso como cruel, o cavaleiro voltou-se contra eles, tomou-lhes a cidade: queimava os prisioneiros a fogo brando, lançava-os aos cães de fila para os despedaçarem, torturando-os, matando-os, para confessarem os segredos dos tesouros escondidos.

Como se vê, já é a perversão do heroísmo – *peleyar por peleyar*. Esta perversão toma aspectos vários: a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro, a selvageria das festas e torneios – tudo resulta, na península, dessa cultura intensiva dos instintos guerreiros. “Batalhar era o Único meio de passar o tempo, ganhando fama e dinheiro ou terras. Não faltam desordens e revoltas oriundas das necessidades barulhentas da fidalguia”. Quando faltava guerra em casa, ia-se aos vizinhos. “Em aquell tempo os fidalgos portugueses hiam à Castilla muitas vezes por se provarem pellos corpos quando em Portugal mesteres non avia”. Se não havia na Inglaterra quem desagrasse as damas, lá iam os magriços... “*Alancear mouros* tornou-se a ocupação constante”.

V

Era dos costumes do tempo – de toda a Antigüidade – que, durante a guerra, se vive da guerra, do saque e da rapina, dos tributos e dos resgates; nem tinha ela, geralmente – e mesmo hoje – outro intento. Um povo que viveu continuamente em guerra por oito séculos, viveu certamente de rapinas e saques por todo esse tempo. Tornou-se um regime normal; e era fatal: porque estava nos hábitos da época, porque os ódios e as vinditas estimulavam a isto, porque a perversão dos instintos guerreiros leva invariavelmente os povos belicosos a se fazerem depredadores, e, finalmente, porque o trabalho normal, pacífico, era quase impossível. Na instabilidade do domínio não permitia que a cultura se estendesse; e à falta do produto da terra, cristãos e sarracenas tinham de socorrer-se ao sistema de correrias e algazaras permanentes... O lavrador trabalhava armado, na limitada área aproveitada em torno dos lugares fortificados”. É mister batalhar para haver o que comer.

Para que aguçassem ainda mais as cobiças e se desenvolvesse o regime das depredações, ocorreu que o árabe tivera gosto em acumular ali, na península, o melhor das suas riquezas, fruto das rapinas e dos saques sobre outros vencidos, tesouros hauridos dos tributos e do extenso comércio que eles quase monopolizavam naquela época. Assim se faz que os novos Estados cristãos estabelecem como principal fonte de receita – dos príncipes e fidalgos – as raias e fossados

(...) as algazaras e correrias através dos extensos territórios fronteiros. De um lado e de outro, desdobravam-se as charnecas periodicamente assoladas. Aqui e além, apertadas em cintas de muralhas, ficavam as povoações, em cuja volta, como oásis, apareciam malhas de terrenos cultivados. Confiar ao nervo e à velocidade dos cavalos o transpor as passagens perigosas desses desertos, e cair impetuosamente sobre as searas, incendiando-as, sobre os rebanhos, roubando-os, sobre os tartivagos, matando-os: talhando os campos, e voltando rapidamente com as presas feitas – tal era o processo igualmente seguido por cristãos e sarracenos, reduzidos já a um sistema de invasões anuais na época das colheitas, e contado como o principal recurso financeiro da rude economia do tempo.

Este era um dos processos de fazer *receita*, o processo geral. Afonso Henriques, em Portugal inventou um seu – *novi genere pugnandi*: assaltar

furtivamente os castelos árabes, “*quasi per latrocinium*”, comenta o latim bárbaro do tempo.

O ponto de ataque é de antemão escolhido. Por uma noite escura e tempestuosa, punha-se a caminho com um troço de homens resolutos: dir-se-ia uma quadrilha de salteadores.. Galgavam rapidamente as distâncias, e, chegados ao destino, apeavam-se, aproximando-se caladamente dos muros. Afonso Henriques, encostado à escada, era o primeiro a subir com o punhal preso entre os dentes. Parava, escutava, com o olhar agudo, a respiração suspensa: afinal pousava ansioso o pé entre as ameias, e apertando o punhal nas mãos, cosia-se com os muros. Na sombra não o distinguiam. Caía como um falcão sobre a sentinela, e apunhalava-a antes que ela pudesse tugar um gesto. Entretanto os companheiros iam subindo. O bando reunia-se na esplanada, armado e resolutos, e ao grito de “Santiago!” caía sobre a guarnição adormecida e a trucidava. Tal foi o modo por que este inimigo de Deus tomou a maior parte dos castelos das províncias de Bellata e Al-Kassar, diz o cronista árabe.

A batalha de Ourique é do tipo dos fossados, a tomada de Santarém é o assalto *quasi per latrocinium*. “A fortuna acendia a audácia de Afonso Henriques, que levou o *fossado* por entre Santarém e Alcácer, deixando Palmeia, Sintra e Lisboa na retaguarda; atravessando o Tejo para ir talar os campos de Silves, empório sarraceno da Espanha lusitana... Ora o fossado, ora o assalto:

Orgulhoso do resultado de Beja, decide-se por Santarém, à *sua moda*. Pela calada da noite, apareceu à raiz das muralhas da vila, puseram-se escadas, subiu um, furtivamente, e abafou uma vela (em estilo da época, é uma sentinela), depois subiu outro, depois o terceiro... e puseram outra escada, e subiram por ambas o mais toste que puderam, e foram tantos que se apoderaram do muro e britaram as portas, por onde entraram el-rei e os que com ele foram. E, desta guisa, foi furtada a vila de Santarém aos mouros.

Muitas vezes, nem se conservam as praças tomadas: quer-se somente a presa.

Estas conquistas sucessivas das praças do Alentejo não tinham a importância que tivera a de Lisboa. No meio de campos desolados, ofereciam aos guerreiros *abundantes presas*. (...) Saqueadas, incendiadas, seu valor era, por certo lado, pequeno ou nulo. O rei não

dispunha de forças para guarnecer tão numerosos castelos. (...) A sós com os seus recursos naturais, ele era obrigado a abandoná-las. Tomara e deixara Beja. (...) Das praças conquistadas no Alentejo, apenas guarnecia e conservava Alcácer.

De certa forma, havia sua vantagem nas conquistas e no consecutivo abandono dos castelos-fortes. *Era esta a paixão do príncipe...* Paixão proveitosa: “Apenas ele voltava as costas, se erguia de novo a bandeira muçulmana nas muralhas que escalara à traição; e ele voltava no verão seguinte a repetir a sua façanha”. O sarraceno reabastecia a praça, e ele tinha várias presas em cada castelo. O historiador de hoje se ofende desses processos:

...Se não tinha meios para fazer a conquista efetiva do solo, melhor fora não consumir, de um modo *estéril*, as forças militares do novo reino nas correrias transtaganas. O grande capitão não tinha inteligência para tanto: a correria arrastava-o, a presa seduzia-o, e a guerra governava-o a ele (...) sem plano fixo, à toa...

Crítica severa, que o príncipe talvez não mereça... É bem de ver que não é tanto de terra que ele carece – é de pão, é de saques:

...As correrias e façanhas do seu bando espalhavam a angústia e o terror por todo o Algarve (...) ele bem sabia que os recursos militares de que dispunha chegavam apenas para os *fossados anuais* e para conquistar, *quasi per latrocinium*, os castelos isolados (...) com a escada e o punhal do salteador noturno.

Os Estados se fortalecem, as conquistas perdem esse caráter rudimentar de *cabriolagem*, mas a presa continua a ter a mesma importância: os despojos se avolumam na proporção do valor do conquistador.

A perversão dos instintos guerreiros propende principalmente para o banditismo. Cid queimava os prisioneiros vivos para arrancar-lhes o segredo dos tesouros ocultos. No rol dos crimes da fidalguia daqueles tempos, figura invariavelmente “...a pilhagem, o roubo...”; quando faltam castelos sarracenos, saqueiam-se uns aos outros, coisa que o estado de guerras sucessivas entre as próprias nações cristãs permite e favorece. “A guerra é um sistema de rapinas”, e a rapina se tornou uma ocupação normal:

Salteadores, de escada ao ombro, punhal nos dentes, entram uma noite em Évora, que saqueiam e atulham de cadáveres. Eram

cristãos? Eram sarracenos? Eram de uns e de outros; eram uma das muitas companhias de bandidos que batalhavam por conta própria, sem noção de pátria, nem de religião. Tinham um culto, apenas, a ladroagem, e adoravam o deus do estupro, do saque...

Parasitismo heróico: o “pensamento ibérico”

Mais largo do que o mar sentindo o próprio sonho.
[...]
É que o sonho lhe traz dentro de um pensamento
A alma toda cativa
Fartar!
Toda a prata que fascina,
Todo o marfim africano,
Todas as sedas da China.
[...] e vê, na água que vai e vem,
Desenrolar-se vivo o drama das conquistas.
Todo o oceano referve, incendiado em diamantes,
Desmanchado em rubis. Galeões descomunsais,
[...] ilhas resplandescendo,
Costas de âmbar, parcéis de aljofres e corais.
Olavo Bilac, Sagres

I

Foi assim que a Espanha se formou; não há que separar o pequeno reino português – a história é a mesma. Oito séculos de luta contra o sarraceno, e, depois, ela aparece organizada, vigorosa, intrépida, unificada, possuída de um pensamento único: “conquistar o mundo”, diz um dos seus panegiristas. Sim; e se ela o queria conquistar é porque o movimento adquirido a precipitava a isto; porque se habituara a viver exclusivamente do fruto das conquistas; porque não sabia fazer outra coisa senão guerrear; porque cultivara, intensamente, por onze séculos, os instintos guerreiros e agressivos, e guerrear se tornara para os homens uma necessidade orgânica; porque, em contato por oito séculos com o árabe depredador e mercantil, tomara gosto ao luxo e à riqueza facilmente adquiridas; porque aprendera com ele a ter horror e repugnância ao trabalho normal, sedentário,

verdadeiramente produtor: “Vendo o soco de uma charrua em casa de um medinense, Maomé disse-lhe: *Nunca um tal objeto entra numa casa sem que nela entre ao mesmo tempo a vergonha*”. – A vergonha é trabalhar, lavrar a terra. “A sociedade que se desenvolve num modo espontâneo, diz Oliveira Martins em estilo de alta sociologia, à lei da natureza (guerreando e saqueando), vai sucessivamente definindo as idéias coletivas, a maneira que progride na série das formas evolutivas”. A idéia coletiva aqui é varrer a Terra – o saque universal.

Findou o primeiro período da vida da Espanha moderna – o período da guerra necessária, da conquista da pátria. Mas tão laboriosa e longa e intensa foi essa luta que os povos só têm um pensamento – *conquistas*. Fazia-se a rapina, porque a guerra necessária a isto obrigava; agora, quer-se a guerra pelo amor do saque e da rapina. É o segundo período – o da expansão depredadora: sede de riqueza, voracidade desencadeada, apetites insaciáveis. A própria retórica dos panegiristas não pode negar.

A verdadeira influência da ocupação sarracena consiste na direção que por causa dela toma a vida nacional da Espanha moderna. Vivendo no meio dos combates, na desenvoltura dos acampamentos, o seu caráter obedece mais *à lei da natureza*. (...) A formação terminou, e ela coincide com a final expulsão dos sarracenos de Granada. Os oito séculos de formação são ao mesmo tempo oito séculos de guerra. (...) Católica, monárquica, a constituição da Espanha, toda de espanhóis, está acabada. Cercada pelo Oceano e pelo Pireneu, a península é um gigante em cujo seio fermenta a vida: tem os braços vigorosos, a cabeça ardendo em Deus, o coração a pular de ambições. Oito séculos de guerras avigoraram-lhe os músculos, ensinaram-lhe a manejar as armas (e a viver de presas). Oito séculos de interno e doloroso revolver (e vendo, ao lado, o árabe rico!...) encheram-na de ambições e de uma sede abrasadora de domínio, de gozo, de império. Sente-se forte, e julga-se senhora da verdade.

Sim; a Espanha julga-se senhora da verdade, autorizada pela sua crença a dominar o mundo, a saqueá-lo. Acaso, não é a crença um sentimento que depende tanto das necessidades gerais da vida como os outros? A crença afirma-se – e parece impor-se – justamente quando está em acordo com as necessidades orgânicas, características de um certo momento social; quando não, se dissolve, ou se transforma. Naquele momento, a fé acende-se, o ímpeto para propagá-la estende-se a todos –

porque esta fé quadra com as tendências, com a necessidade íntima de conquistar, lutar e saquear. O crime é sempre o crime, e os homens se apegam sôfregos a tudo que possa justificar perante eles mesmos as próprias injustiças e iniquidades; conseguem até iludir-se muitas vezes, calando, escondendo o verdadeiro móvel de certos atos suspeitos, e invocando, apresentando, engrandecendo, a importância de supostos motivos, nobres na sua essência. Pode mesmo suceder convencerem-se de que é somente a estes últimos que obedecem. Tal acontecia, porventura, a muitos aventureiros e depredadores ibéricos: acreditavam piamente que, para as conquistas, os arrastava o empenho em propagar a fé. A maioria, mais grosseira, limita-se a dizer, de si para si, que saquear e matar sarracenos e pagãos não é bem pecado: pois não eram inimigos de Deus?!... Pensava de certo nestes fatos Octave Mirbeau, quando fez dizer ao seu ladrão moderno: “puisque l’homme ne peut échapper à cette loi fatale du vol, il serait beaucoup plus honnête qu’il le pratiquât loyalement, et qu’il n’entourât pas son naturel désir de s’approprier le bien d’autrui, d’excuses décoratives, de qualités somptueuses, dont la paresse euphémique ne trompe plus personne”.

Por entre essas pompas de estilo, nós vemos aparecer pois a verdade, a verdade nua – *as ambições, sede de gozos*... “Novos horizontes, novas ambições, pensamentos ainda inconscientes de um largo futuro, e que amadurecem encobertos, no seio da nação, formada, aclamada, batizada em sangue. Chama-a de longe um *duplo* tentador – o Mar!... “Retórica, que mal encobre a necessidade pertinaz, essencial, de viver de depredações, e a preocupação de seguir o exemplo do árabe”. Qual seja esse pensamento, já *maduro*, mas *encoberto*, é o próprio escritor quem o diz, páginas adiante, quando a travessia do mar já se fez: “Não há mais trevas no mar; consumou-se a grande conquista. Mas uma nova empresa se prepara agora: *devorar* o descoberto, *DIGERIR O MUNDO*”.¹⁴

É na história da expansão portuguesa, nas suas tenazes tentativas de mais de um século, que se pode estudar bem a evolução e realização desse *pensamento ibérico* – ideal depredador, absorvente, exclusivo, dentro do qual se vieram fundir todos os outros: glórias guerreiras, ardores místicos...

¹⁴ Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *História de Portugal*, 6ª. Ed.. t.I, p.222.

II

É sobre o mar que “o gigante de braços vigorosos e cabeça ardendo em Deus” se atira?... Tudo o levava para ali – não só a *cabeça*, nas suas *flamas divinas*, mas principalmente o *coração a pular de ambições*. A Europa é cristã, e o motivo de propagação da fé não poderia ser invocado; demais, a Europa é pobre, naquela época; não é lá que estão esses tesouros que *fazem pular o coração*. Para o lado do mar é que aparece a visão de riquezas e tesouros; visão real, sem dúvida. A Espanha esteve mesmo em contato com essas riquezas, por intermédio do árabe. Admira até esse esforço a que certos historiadores se entregam para achar os motivos metafísicos que impeliram os povos ibéricos para o mar. Eles se lançam para ali, porque vinham atrás do árabe, vivendo em grande parte das rapinas praticadas sobre ele, e vieram as riquezas que eles – os sarracenos – desfrutavam lá, para além dos mares. Vencem-nos, e desejam naturalmente essas riquezas – esse domínio que os outros exploravam além: “... havia a ambição do Oriente e do seu comércio, acendida em toda a Europa pelas Cruzadas; e mais particularmente na Espanha pelo contato íntimo em que a ocupação árabe a pusera com os monopolizadores desse comércio”. Vinham atrás do árabe, devorando-o: o árabe atravessou o mar, foram atrás dele. Em verdade, o sarraceno é uma presa que nunca foi abandonada. Por isso, os primeiros avanços, os primeiros ensaios de conquista são sobre a África: “Expulso de casa o muçulmano, passam a Marrocos, vão a Túnis”. Ainda o sarraceno está em Espanha e já os espanhóis-portugueses se transportam à África, não para convertê-la, mas buscando caminho para esse Oriente sonhado, fabulosamente rico. Era esta viagem que a todos preocupava; pensavam levá-la a cabo por um caminho diferente: por terra... A conquista de Ceuta (1381) prende-se direta e principalmente a este pensamento. Arquitetos árabes da Espanha tinham ido pelo interior da África até Tombuctu, cujos palácios rivalizam com os de Córdoba ou de Granada (sarracenos). Ceuta era a chave marítima de Marrocos; e porventura através da África se poderia chegar ao dourado Oriente. Em todo o caso, a terra oferecia um campo de exploração mais definido...

Saltam em África, lá se estabelecem; mas reconhecem logo que não há como tirar dali a sonhada riqueza; em primeiro lugar, porque ela não existia; em segundo lugar porque, lá, o mouro era invencível: “...não podiam vencer de todo Marrocos, e o que se tinha conseguido, perante os resultados práticos, desanimava”. Abandonou-se, quase, a África terrestre;

depois de várias tentativas Ceuta é tomada, mas: “Que se faria de Ceuta? Muitos opinavam pelo abandono, recolhido como estava o saque...” Só não se abandonava o sonho do Oriente dourado; este continuou a ocupar exclusivamente aquelas nacionalidades.

Portugal, seguindo os “mercadores do Norte que iam até o Cabo Bojador”, descobre uma mina: é o comércio dos negros da África. “Em 1434, Gil Eanes passou o Cabo e voltou com a nova de que a Terra não acaba ali. Dissiparam-se portanto os sustos; e os navios foram seguindo, costa abaixo, por Cabo Verde a Guiné, onde cheios de satisfação os mareantes aprisionaram os primeiros negros”. Começaram a entrever mais perto esse Oriente; o mar já vai dando alguma coisa; já se formulam “queixas contra os que afastam os portugueses do arado para o leme”. Outras vezes, desanimam também do mar: “Vendo acaso que as descobertas das ilhas do Atlântico não valiam assaz perante os sonhos da sua ambição, e que ao longo da África pouco se adiantou por mar, torna à idéia das conquistas marroquinas, desde tempo postas de parte”. O reino fabuloso não aparecia, “ou reduzia-se à Madeira ou ao arquipélago açoriano, onde não havia nem encantos *nem muralhas de ouro*...” Mas era forçoso seguir por mar, o mouro fechava as terras definitivamente. Em 1437, a grande expedição portuguesa é vencida, tem de capitular sob os muros de Tânger, deixando ao sarraceno em refém o próprio irmão do rei, que “voltou a olhar para o mar... enquanto os navegadores iam vogando e *resgatando*, ao longo da costa da África”. Demais, que lhes importa agora Tânger e Marrocos?

Vinha por aí a Portugal o comércio das Índias? Não. Monopolizado pelos árabes do Oriente, logo que Ceuta foi para eles perdida, desviou-se para outros portos do Mediterrâneo. Varrida esta ilusão, que restava? Uma série de praças fortes (...) estéril em proventos, pasto para a vã necessidade batalhadora da nação (...) Portugal não tinha que fazer do seu domínio na Berberia (povos intrIBUTÁVEIS, país esgotado, pobre...) – desde que o destino o levava (atrás do árabe) para o Oriente, e desde que era manifestamente provado não poder chegar-se lá por via de Marrocos.

E a África mauresca foi abandonada. Por esse tempo, o resto da Espanha ainda está ocupada com o sarraceno lá mesmo. Elimina-o completamente em 1492. Ao último combate assiste esse Colombo, italiano espanholizado...

... Castilla, porque es tierra!

A quien más amor cobre!

e que, trazendo ao sonho de ouro do espanhola arrojo do italiano, vai enfim buscar esse Oriente por um caminho novo. Portugal vinha, de mais de um século, a ensaiar “prudentemente e pacientemente ao longo das costas africanas, ou de ilha em ilha, no oceano, caminhando passo a passo, tenaz, jamais temerário” – a buscar o caminho desse reino de riquezas. Era a sua ambição única; queria-o, ou por mar ou por terra; queria-o, e a sua tenacidade dá bem medida de quanto era intensa, íntima e orgânica, a inclinação a esta conquista. Foi por si mesmo, *de ilha em ilha, ao longo da costa*, jamais temerário, sem perder o árabe de vista: é esta a única diferença na história das conquistas marinhas, consoantes ao pensamento único da península.

O português, como não perdia o árabe de vista, chegou efetivamente lá – aportou na Índia; o espanhol desceu na América. Os processos de um e de outro são absolutamente os mesmos – *devorar o descoberto*. Passemos os olhos sobre o quadro que nos oferece o lusitano, apossado enfim desse Oriente tantos séculos apetecido. O espanhol, no primeiro momento, julgara-se quase roubado; mas o português, não; este pôde ver (e nós vamos ver nos seus escritos) a realização integral daquele célebre pensamento, já *maduro*, mas *encoberto*.

III

Descobre-se agora.

Antes de chegar às Índias, logo em Moçambique, já as ânsias secretas se revelam. “Tudo era novo para eles, mas tudo avigorava as esperanças de virem a encher-se com o saque dessas coisas brilhantes, marfins e sedas, ouro e pedras, que luziam nos toucados dos fidalgos de Moçambique”. Aí mesmo, onde eles vêm ter, seguindo a costa, sempre pela costa, encontram o sarraceno – *o mouro*, para quem o *pensamento ibérico* é bem claro e conhecido. Decididamente, o português deve muito ao sarraceno: foi este quem lhe revelou o Oriente, foi quem o decidiu a ir à Índia, quem o transportou da Europa à África, quem o levou da Costa da África à Índia, guiando-o pelo oceano desconhecido: “...O Gama aproveitou um momo que se deixara ficar a bordo em Moçambique, e que sucedeu conhecer a rota

para Kolikodu,¹⁵ e em 26 dias estavam na Índia... “Foi o momo quem ali os recebeu, com exclamações que respondiam, justas, àquelas secretas esperanças que os animavam: “... O Oriente enchia-nos de admiração e cobiça (...) e para aumentar o espanto (...) apareceu um momo a falar português – *Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!*”. Em compensação, foi também um momo quem os denunciou à Índia. Conhecendo-os tão bem como o outro das esmeraldas, este segundo não se conteve ao vê-los: “Ao diabo que te dói! Quem que te trouxe aqui?”¹⁶

Era tarde; irônico ou irado, o momo tinha de haver-se de novo com a *fúria portuguesa*. O sarraceno fez o que pôde; informou o rajá sobre quem era o novo visitante, denunciando-o como um pirata depredador: “Fácil seria, sem dúvida, convencer o príncipe de que Vasco da Gama era um pirata. Sem o pensarem, decerto, os mouros de Kolikodu definiam antecipadamente o domínio português, que só veio a diferenciar-se de uma pirataria comum em ser uma rapina organizada por um Estado político”.

Deixarei, agora, que Oliveira Martins continue a dizer o que foi este domínio, por ele assim qualificado e definido.

Regressa o Gama;

o entusiasmo foi grande em Lisboa: também D. Manoel tinha as suas Índias. (...) A notícia das novas terras encontradas impressionou pouco; na Corte ardia o desejo de descobrir o Preste – o encantado Preste; – de fazer com ele um bom trato para chamar a Portugal um pouco, ao menos, das tantas coisas boas que Vasco da Gama vira por

¹⁵ O mesmo que Calicute, hoje Kozhikode (N. da E.).

¹⁶ Mais ingênuos e muito mais pobres, os inocentes caboclos do Brasil não souberam compreender a ânsia curiosa de Cabral e dos seus companheiros; não lhes davam resposta satisfatória à pergunta que faziam, nem desconfiavam do que se ia desenrolar depois, na realização do célebre *pensamento*: “Estando o capitão-mor com eles, relata a pena fiel de Caminha, falou perante nós, sem nunca o entender ninguém nem ele a nós quanta coisa lhe perguntavam a cerca de ouro, que nós desejávamos saber se havia na terra... Um deles pôs os olhos no colar do capitão-mor e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar como a dizer que havia ouro em terra, e também viu um castiçal e começou a acenar como a dizer que havia também prata... Um deles viu as contas brancas de um rosário e acenou que lhas dessem, e acenava para a terra... como a dizer que dariam ouro por aquilo. Isto interpretávamos assim por desejarmos; mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, não o queríamos perceber porque não havíamos de lho dar...” Este Caminha merece bem uma estátua... e para ele só.

seus olhos, e, contadas, enchiam de cobiça o espírito de toda a gente. (...) Não havia protestos agora, senão esperanças, cobiças, ambições. Não partiam à aventura; partiam à conquista do que tinham descoberto, e queriam trazer para Portugal, para casa. (...) Viriam os rubis, as esmeraldas, a pimenta e a canela, monopolizada pelo turco, inimigo de Deus!

Não faltam, pois, motivos para que a fé se exalte...

Já na praia começava a levantar-se a basílica, monumento ingênuo dessa religião do comércio, erguido a Jesus e à pimenta – os dois deuses que viviam no céu português. (...) A primeira expedição da Índia, esse primeiro ato, esboçava já todos os elementos da ação: assassinatos e incêndios, morticínios e naufrágios; a espada e a pimenta; as armas do guerreiro em uma das mãos e as balanças do mercador na outra...

Agora volta à Índia o seu descobridor.

(...) Navegando no mar das Índias, com toda a artilharia carregada de metralha, para arrasar Kolikodu, encontra o Gama uma nau de mercadores árabes que iam a Meca nas romarias constantes à Santa Kaaba. Além da tripulação, o navio trazia 240 homens, passageiros, com suas mulheres e filhos. Era isto no dia 10 de outubro de 1502, “de que me lembrarei toda a minha vida!”

...escreve o piloto ainda horrorizado, ao recordar como a nau foi covardemente incendiada, com todos os que continha, e que morreram desesperados, no fogo ou no mar. Ia a bordo um flamengo, que assim refere a ocorrência: “Tomamos uma nau de Meca, onde iam a bordo 300 passageiros, entre eles mulheres e crianças; e depois de sacarmos mais de 1.200 ducados de dinheiro e pelo menos 100 mil de fazendas, fizemo-la saltar com os passageiros que continha, por meio de pólvora, no 1º de outubro”. Satisfeito de si, o capitão rumou para Kolikodu... Voltando ao reino, deixara o Gama na Índia uma parte da sua armada sob o comando de Vicente Sodré, personagem tão eminentemente célebre como o próprio almirante cujo tio era. Fidalgo, este amava as façanhas brutais, estrondosas; o outro queria mais à pirataria e ao roubo... Sodré, pouco se lhe dava de feitoria, e a abandonou para ir ao corso das naus de Meca: era trabalho de mais proveito e menor risco piratear de parceria com a Coroa portuguesa. O produto das naus de Meca pertencia metade ao rei de Portugal, metade às tripulações: cabendo aos soldados uma parte, aos marinheiros duas, outras

duas aos bombeiros, quatro aos pilotos e outro tanto ao mestre. Pilhavam todos de braços dado com a Coroa. Vicente Sodré andava nisto, ao mesmo tempo que Ruy Lourenço varria a costa de Zanguebar, caçava navios e cobrava tributos aos sultões.

O domínio português adquiriu logo de começo o caráter duplo que jamais perdeu. (...) Era no mar uma anarquia de roubos, na terra uma série de depredações sanguinárias. Vasco da Gama ensinava o modo de imperar com o fogo e o sangue; Sodré indicava o modo de ceifar no mar, pela abordagem, as naus de Meca. A pirataria e o saque foram os dois fundamentos do domínio português cujo nervo era o canhão, cuja alma era a pimenta.

Na sua terceira viagem, o Gama leva consigo um Pacheco,

um homem simples, que, por voltar carregado de feridas, mas leve de dinheiro e diamantes, foi parar à capitania de S. Jorge de Mina, para vir de lá em ferros, para fazer no cárcere por muito tempo e acabar esquecido e pobre. (...) Pacheco voltou do Oriente, e na Índia ficou Telles Barreto com a missão de *correr as naus da Meca*. A armada trazia para o reino, a bordo, Pacheco – um infeliz – e uma carga abundante de especiarias e coisas ricas. A corte, o rei, quiseram muito mais às segundas, do que ao primeiro. (...) Cinco anos tinham decorrido depois da viagem de Cabral; havia já uma fortaleza em Katchi; os navios portugueses pirateavam em liberdade no mar da Índia; e numerosas naus de Meca iam sendo apresadas. Esboçava-se o futuro império.

Segue-se um Almeida; esse é um homem prático, mas mantém, em todo o caso, a tradição do heroísmo peninsular. “... Subia ao longo da costa deixando após si o rastro de cinza e sangue que por toda a parte anunciava a passagem dos portugueses... “Foi ali que teve de enfrentar outros guerreiros mercadores – os vermes do Egito”. Batalharam. Na luta encontravam-se “os sentimentos mais extravagantes, as crenças mais disparatadas. É que não se combatia nem pela fé, nem pela pátria: disputava-se o saque da Índia...”.

“A esquadra de Tristão da Cunha vem de caminho, como introdução, arrasando tudo, queimando e saqueando...” Desaparece o Tristão para dar lugar ao *Terrível*: “Avançava no meio de um coro de aflições e mortes, presidido por uma coluna de incêndios, para que ao chegar a vanguarda de terror precipitasse os ânimos na abjeção. Ia assim ao longo da Arábia assolando e devastando todos os lugares vassalos do suserano de

Hormuz...” Entrou o porto desta cidade – *pedra do anel das Índias*; havia um estendal de barcos inermes:

Começou a varejar em torno o estendal de barcos, reduzindo-os (com os seus canhões) a uma massa de destroços... como um lobo no meio de um rebanho de ovelhas. Não era uma batalha, era uma carnagem (...) Ainda oito dias depois do sanguinário caso, havia cadáveres boiando no mar, e os portugueses em lanchas ocupavam-se nesta particular espécie de pesca. A colheita era abundante: os cadáveres aos centos, os trajes ricos, e muitos os anéis e alfinetes, as adagas e punhais tauxiados de ouro e prata com jóias engastadas (...) O pobre sultão de Hormuz, aflito, imediatamente acedeu a tudo: consentiu que levantasse uma fortaleza e pagou-lhe 20 mil xerafins de tributo (...) A cidade escapara, rendendo-se, aos horrores do saque; mas isto mesmo desesperava os capitães e soldados, que murmuravam, cobiços de tamanha riqueza desenrolada diante de seus olhos. (Os anéis e alfinetes, punhais e adagas tauxiadas eram como o aperitivo.) Não compreendiam para que se haviam de demorar ali, a construir uma fortaleza; quando, a não saquearem a cidade, mais valia partirem para o rendoso curso das naus de Meca (...) Na Índia não havia mais tradição que a do saque marítimo, e o pensamento imperial de Albuquerque não chegava a ser compreendido (...) A cobiça, de mãos dadas com a cegueira e a violência, agitavam perigosamente as guarnições (...) Os portugueses, ao pôr o pé na Índia, cevavam-se. A história de Afonso de Albuquerque em Hormuz demonstra bem quanto era impossível impor disciplina e ordem a indivíduos que tinham no saque o exclusivo motivo.

Fomos ao rio de Meca
Pelejamos e roubamos
E muito risco passamos...

Estas palavras de Gil Vicente resumem a história da Índia: e, se com tais elementos era possível saqueá-la, era impossível dominá-la. Por isso, nesse SÉCULO de 1500, que a história da Índia abrange, a ocupação portuguesa forma dois sistemas: o da rapina, contra o qual protesta e reage em vão a espada militar de Albuquerque; e depois o da simonia, contra o qual em vão também reage a vara justiceira de D. João de Castro...

Agora o primeiro: todos os soldados de Antônio de Siqueira, um capitão que andava pela costa de Chala e Daman, trouxeram fato, escravos e dinheiro, e assolaravam tudo em tanta maneira que se

despovoaram todos os lugares de fralda do mar, que pela terra dentro dez léguas não havia gente. Em Barava, destruída por Tristão da Cunha, cortavam as mãos e as orelhas às mulheres para furtarem as manilhas e brincos de ouro... D. Paulo de Lima “deu na cidade de Johore – escreve à esposa – assolou-a com o favor divino”, Noutro lugar, os combatentes, empilhados contra os muros, pedem aos da frente que, por amor de Deus (a cabeça ardendo em Deus), lhes deixem matar um mouro. À aproximação dos portugueses, despovoam-se as cidades... Albuquerque sustentou, por três anos, no mar da Arábia a sua armada com as presas das naus de Meca. Em Bardez “fizeram muitos grandes males de roubos, tiranias, tirando as mulheres e as filhas formosas a seus maridos, e as furtavam e tornavam a vender...” O roubo e a luxúria davam lugar a intermináveis guerras. Nas Molucas, a cidade de Bachian, despovoada e vazia, foi incendiada, indose eles às sepulturas dos reis furtar os ossos, na esperança de receber por eles mais tarde um grosso resgate. Roubando e pirateando à solta, o gênio aventureiro dos portugueses deu largas às asas, e os exploradores vão até os confins do mundo (levados e guiados por aquele pensamento encoberto etc.). Um, Antônio de Faria, vai à China roubar os sepulcros dos imperadores; outro, Diogo Soares de Albergaria, obtém o título de irmão do rei do Pegu, com 200 mil cruzados de renda. É o rei, mas morre assassinado por ter furtado uma rapariga. Nem só pelos confins do mundo, nas costas ou nos navios, a fúria dos portugueses se desmanda em ferocidades anárquicas. Na própria Goa, a capital a vida é um combate; pelas ruas há batalhas e cadáveres insepultos... Os fumos da Índia (como Albuquerque dizia) embriagavam os pobres portugueses, limitados na Europa à porção cônica do bragal e do aço. Na Índia desenfreada o animal que se retouçava delirante nas sedas e nos perfumes, coberto de diamantes, abarrotado de pardaus de ouro.

Um homem prático – Francisco de Almeida, quis normalizar a exploração, arranjando a coisa de forma que a vítima fosse ordenhada, mas conservada viva e presa. Não propunha nada de novo ou de original, senão alijar os árabes, e fazer o mesmo que eles faziam: “...fecundo sistema de explorar uma região inteira (...) roubar aos árabes o império, e a venezianos e árabes o comércio do Oriente, política sem grandeza, mas lúcida e perspicaz”. Foi impossível; o português tinha o seu pensamento encoberto, elaborado à lei da natureza: para que perder tempo em desatarrachar os brincos das mulheres, quando é tão simples cortar-lhes as orelhas?... Para

que regularizar tributos, monopolizar comércio, coisas para amanhã, quando se pode arrasar a cidade e levar logo todo o ouro, de uma vez, para bordo?..

O homem prático bem que ensinava os meios de manter o *úbero indiano*:

Toda a nossa força seja o mar, [dizia] desistamos de nos apropriar da terra. Destruamos estas gentes novas – árabes, afegãos, etíopes, turcomanos – e assentemos os velhos e naturais: depois iremos mais longe. Em nome deles reinaremos de fato sobre a Índia; e se o que queremos são os produtos dela, o nosso império marítimo assegurará o monopólio português. Imponhamos pesados tributos, exageremos o preço das licenças. Substituamo-nos pura e simplesmente ao turco, e abandonemos a idéia de conquistas para não padecermos das moléstias de Alexandre. O que se tem feito é um sistema de matanças, piratarias e desordens... Os capitães e governadores serão simultaneamente agentes comerciais de S.A.

E juntando o exemplo à palavra, ele se corresponde com o rei como um caixeiro para o patrão.

E o lacre que V. A. diz lhe mande será maravilha haver-se. Espero uma boa porção dele (...) E assim V. A. me manda que a pimenta vá limpa e seca, e que o peso se faça com as nossas balanças e pesos (...) Se os navios não chegassem tão avariados, em vinte dias carregariam e partiriam (...) Quanto à pimenta e drogas que vão ao levante, são de Malaca, Sumatra e Diu, onde nasce muita pimenta longa e redonda, e muito bem sei por onde passava e em que tempo: falta-me o principal. O aljôfar e pérolas que me manda lhe envie não os posso haver (...) As escravas que quer, tomam-se depressa; que as gentias desta terra são pretas e mancebadas do mundo, como chegam a dez anos (...) Por que não manda V. A. papel? Seria um excelente negócio.

IV

Não prevaleceu o regime que o caixeiro de S. A. imaginou: era moroso, estava fora do *pensamento* coletivo. Aos heroísmos da *fúria lusitana*

e à violência de bárbaros, os portugueses juntaram a mesquinhez de chatins (...) Trinta anos, apenas, depois de chegados, os portugueses já não se parecem sequer aos piratas domesticados de Albuquerque: pareciam mouros na opulência e nos costumes. Uma esquadra que então se organiza para ir assaltar a cidade de Diu, apresenta-se como para uma festa. Capitães e soldados como para uma função, carregados de pedras preciosas e armas tauxiadas. As mulheres enxameavam a bordo. O governador tinha prometido prêmios de 1.000, 500, e 300 pardaus aos primeiros que sucessivamente subissem às muralhas. Era uma expedição mercenária e não uma aventura de bandidos... Segundo as boas tradições, a esquadra foi ao longo da costa deixando o seu rastro de carnificinas e investidas covardes contra pontos indefesos; e quando chegou em frente de Diu rompeu o bombardeio. Dentro da cidade era grande o susto... Ali havia também artilharia e mosquetes. Parou afinal o bombardeio, e todos olhavam com ânsia, porque esperavam assistir ao desembarque e contavam com a peleja. Viram, porém, com surpresa, que as naus emastreavam e as galés mudavam a proa ao mar, afastando-se... Fora medo? Fora fraqueza? Decerto... a esquadra não tinha forças para uma batalha. Todos vinham à praia ver a armada que se afastava – a maior que jamais aparecera naqueles mares – despedindo-se dela com vaías e gritos de alegria...

Era Nuno da Cunha quem comandava a expedição. Sucedeu-lhe

D. Garcia de Noronha, fidalgo pobre, sem merecimentos além da simpatia do rei, que o mandou à Índia enriquecer. *Honra eu a tenho – não venho mais que a levar dinheiro*, dizia mais de um governador. D. Estêvão da Cunha foi ninguém; e Martim Afonso (esse que foi um dos organizadores do regime colonial português em terras brasileiras) pregou com o exemplo francamente cínico a abjeção em que a administração da Índia se tornara – agora que terminara o saque de todas as costas, e as naus de Meca, mais raras e já artilhadas e preparadas para rudes combates, não davam com que satisfazer a cobiça dos ocupantes.

Entra o franco regime da simonia.

Martim Afonso deve abrir o rol, porque ninguém melhor e mais ingenuamente vivia no seio da podridão e o confessava, nas cartas que escrevia ao rei. Debatia-se uma sucessão de príncipes indígenas, e ele *tardou a determinar-se porque estava esperando quem levava a melhor*. Decidiu-se, *mas foi necessário socorrer-se a missas e*

devoções. Além das devoções, o vencedor deu-lhe 70 mil pardaus para el-rei, 20 mil para ele governador, e uma jóia para a esposa. Morreu o preferido, e veio um privado do defunto propor-lhe a divisão do tesouro do falecido: 500 mil pardaus: *Mando 300 a el-rei, mas desses tomei 30 mil para mim*. Esta prática de vender o auxílio nas colônias indígenas não era, todavia, privilégio de Martim Afonso. Em Hormuz, D. Duarte de Menezes substitui a um governo amigo dos nossos, um outro querido dos mouros, porque este lhe deu *100 mil pardaus em xerafins novos, e em conta ricas pérolas e jóias e aljôfares*. Os capitães seguiam o exemplo dos governadores. Em Hormuz, Diogo de Meio quer matar o sultão por lhe não dar dinheiro e jóias.

O mar continua a dar. Rui Vaz vai por sua conta a Bengala às pressas; e dois navios mandados à Índia, em missão especial, fazem-se para Madagascar às pressas e perdem-se. Os soldados recrutavam-se nos bandos já amestrados na rapina (...) era uma tropa de salteadores e adúlteros, malsins e alcoviteiros, que enchiam Goa de roubos e assassinatos noturnos, ocupando-se a matar por dinheiro. Não era raro ver nos mares do Oriente navios de árabes guarnecidos por portugueses (...) os mouros pagavam melhor; piratas franceses guiados por portugueses vão explorar a Índia. A guarnição da armada de Lapa Vaz incendia os navios por falta de pagamento. (...) A mesma anarquia se usava nos combates. Desembarcavam em chusma, cada um como podia e sabia. Dispersavam-se todos com a mira no que podiam roubar, porque esse era o verdadeiro soldo. Geralmente a primeira investida era irresistível: e logo ao ataque se seguiam o incêndio, o roubo e a matança. Dispersas, deixando as armas às portas das casas para irem mais leves a roubar, os soldados eram mortos um a um: como sucedera no grande desbarato de Kolikodu, onde morreu D. Fernando Coutinho; como sucedia a cada passo, por toda a parte. Com tal sistema, a guerra protraía-se indefinidamente; mas era isso o que convinha a todos, porque dela tiravam o melhor dos seus proventos.

Os soldados roubavam, os capitães roubavam com eles, roubavam-nos a eles, cerceando-lhes as rações de arroz avariado e podre.(...) As fortalezas eram compradas por dinheiro aos vice-reis: um rapaz imberbe pagou uma dessas por um saleiro de prata e um serviço de mãos; e 200 pardaus eram as *ordinárias*, isto é, o preço usual de uma capitania. Providos no seu lugar, os capitães que as tinham comprado faziam-se mercadores e contrabandistas, conluindo-se com os

empregados fiscais, e associando-se com os mouros e judeus. Os capitães de Malaca tinham naus para irem por sua conta à China, de um lado; a Diu, Chala, Daman, Bassaim, do outro. Os de Hormuz comerciavam por mar com Bengala, com os portos da costa ocidental da península, e com o Zangue bar. Como negociantes, à imagem do rei exigiam também em favor próprio um monopólio, buscavam bicos no exame dos passaportes e roubavam os navios e as cargas. Os lucros do comércio não lhes bastavam; e o roubo vinha engrossar o rendimento das capitânicas. Arrolamentos de guarnições fictícias, matrículas de praças mortas, para embolsarem o soldo de supostos soldados, eram casos ordinários e comuns a todos: só desta verba um capitão de Hormuz fazia 30 mil cruzados em três anos. Com os navios sucedia outro tanto: fundeados, a apodrecer nas águas, ou varados na praia, custavam ao tesouro da Índia o preço de guarnições que só existiam no papel. E estes roubos eram tão vulgares, que não havia pejo em os confessar. Um capitão de Hormuz declara alto e bom som que não perdoaria um real da soma que tinha decidido a ganhar – 300 mil cruzados.

Um certo Álvaro de Noronha, na mesma praça, acusado, responde que outro tanto fizera o seu antecessor, que sendo *apenas um Lima* levava 140 mil pardaus (...) ele, *como Noronha*, havia de levar mais (...) As principais rendas dos governadores provinham de diversas espécies de peculato: *as peitas*, as heranças que roubavam, os cabedais do índio ou judeu queimado pela inquisição de Goa; os conluios com os contadores; a falsificação da moeda; o roubo do cofre dos órfãos; as matrículas dos soldados mortos ou nunca arrolados () Os roubos dos governadores autorizavam os dos capitães () Em Lisboa, salvo momentâneas exceções, considerava-se a Índia como uma vasta seara a colher: cartas se liam pelas portas que eram uma vergonha os descréditos que nelas vinham. O jesuitismo havia descoberto que a simonia não é um pecado, sempre que sejam observadas umas tantas regras (...) Ferviam as deserções (...) muitos se põem por soldados em navios chatins, onde, posto que o soldo não seja tão honrado como o del-rei, é mais proveitoso (...) Havia na Índia 16 mil portugueses e não se puderam mandar 800 a socorrer Malaca (...) D. João de Castro escrevia ao monarca: “cá está tudo em estado que não há mouro que cuide haveis ser de ferro para seu ouro, nem cristão que o creia”, e continua enumerando as misérias: “... Nas Molucas, os nossos, depois de saquearem e roubarem as casas de um rei, fizeram-no a ferros e forçaram suas mulheres com tais desonestidades que se não pôde dizer a V. A.” Todos são ladrões,

todos, sem exceção, chatins. As cobiças e vícios têm cobrado tamanha posse que nenhuma coisa já se pode fazer que dos homens seja estranha. São mais as almas perdidas dos portugueses que vêm à Índia, do que salvas as dos gentios que os pregadores religiosos convertem à nossa santa fé.

Isto, porém, não escandaliza a ninguém: D. Manuel e os seus conselheiros têm um plano só: explorá-las, e arrastar para Lisboa por qualquer modo as riquezas do Oriente. Sistema e programa de governo foram coisas desconhecidas. D. Manuel perdoava tudo, os crimes, os roubos, as carnificinas e as brutalidades, os incêndios e piratarias, contanto que lhe mandassem o que ele sobretudo ambicionava: curiosidades, primores e riquezas. *Manda pimenta e deita-te a dormir*, dizia Tristão da Cunha a seu filho governador. O saque da Índia ia ordenado de Lisboa.

V

Foi mister transcrever longamente; transcrever e repetir. Repetições propositais para deixar bem evidente o caráter da conquista portuguesa: saquear, sem nenhum outro objetivo – a rapina, a pirataria, o parasitismo depredador.

E a Espanha propriamente dita?...

Colombo partira para o Ocidente, Gama para o Oriente... – Como realiza a Espanha esse pensamento maduro, mas ainda encoberto – comum à península, e que arrojou um e outro às conquistas longínquas?...

A unidade dessa civilização (peninsular), expressa por um dualismo político, aparece principalmente neste instante (...) Portugal no Oriente, a Espanha no Ocidente, abraçando o mundo inteiro, que a península Ibérica arrancara dos mares tenebrosos (...) o fervor da propagação da fé, e o movimento instintivo de cobiça são causas comuns das descobertas e conquistas espanholas e portuguesas.

Causas comuns produzem efeitos comuns. Na América, os espanhóis procedem como os portugueses na Índia. Toda a diferença está em que as riquezas acumuladas no Novo Mundo eram em muito menor quantidade que as do Oriente, e que a Espanha tem um estômago mais vasto que o de Portugal. Este não chegou a devorar, a consumir a presa inteiramente; com

o excesso e a fartura viu-lhe a decadência degenerativa, e a vítima caiu-lhe dos dentes frouxos e gastos, arrebatada por outros, antes que ele se estendesse sobre ela para viver na moleza das tênias ou dos *Chondracanthus*. A Espanha depara com uma presa que ela devorou na primeira investida.¹⁷ Não foram só as riquezas, foi tudo: povos, civilização, monumentos históricos. A violência da sua voracidade tudo consumiu. Os portugueses cortavam os pés e as mãos das mulheres para arrancar-lhes os brincos e braceletes – os espanhóis arrasaram um mundo para colher alguns sacos de ouro. Trinta anos depois de pisarem os espanhóis o continente americano, ninguém que visitasse as paragens do México ou do Peru seria capaz de desconfiar, sequer, que ali existiram dois impérios adiantados, fortes, populosos, encerrando um mundo de tradições. Tudo desaparecera. Nem átilas, nem tamerlões, nem vândalos, nem citas – ninguém cumprira, jamais, façanha igual: eliminar duas civilizações, de tal forma que até as tradições se perderam, desaparecendo as próprias cinzas; e isto, há quatro séculos! Reconstitui-se hoje com mais facilidade a história de Nínive, ou do Egito das primeiras dinastias – de povos e civilizações – sobre os quais passaram mais de vinte conquistadores – do que a do México e Peru, onde ainda se encontram certamente descendentes diretos dos primeiros invasores.

Não se creia, porém, que os espanhóis sejam mais vorazes que os outros – o gênio, o pensamento, é o mesmo. O nosso panegirista – que é preciso conservar, tanto nos facilita ele as demonstrações – exprime muito bem no seu estilo de filosofia sábia esta identidade de pensamento e de processos. Buscavam o mesmo ideal: “Separados na vida política, as conseqüências fatais da empresa heróica impunham-se igualmente a ambos”. Antes mesmo de partir, nessa viagem que o levará à América, Colombo já pede e obtém: o décimo dos rendimentos do país que descobrisse e o oitavo do produto do comércio. O grande navegante pensaria nas almas a ganhar para Deus, mas pensava principalmente no ouro – com o qual ele contava obter tudo: “El oro es excelentísimo; del oro

¹⁷ “Para obter alguns quilogramas de ouro, os conquistadores espanhóis massacravam às vezes uma população inteira de uma cidade. Estas gentes não conheciam a piedade. Em algumas décadas despovoaram um continente. O governo estabelecido por esses homens foi conforme a sua natureza feroz de selvagens. Será preciso longos anos para que os americanos do Sul se possam erguer desse regime espantoso”. J. Novicow, *La Revue*, Paris, 1º junho de 1902, p.510.

se hace tesoro e con el, quien lo tiene, hace quanto quiere en el mundo y llega que hecha las animas al paradiso”. Ao saltar no Novo Mundo, o que ele e os companheiros vêem são os brincos e anéis dos índios. “perguntam-lhes onde nasce o ouro, e tomam-nos a bordo para os guiarem a esse país encantado”. Vão até o Taiti, onde “se encontram grandes cabedais”. Por gratidão, sem dúvida, deram-lhe até o nome de Hespaniola.

VI

O heroísmo começa ali mesmo. Meses depois, passa o almirante pela nova colônia, e, para “impressionar o ânimo rude dos selvagens, mandou sacrificar um grande número de índios; a severidade foi ao ponto de revoltar os próprios companheiros”. Há bandidos que dão a escolher a bolsa ou a vida; os heróis da península não desciam a essas concessões...

Haiti e Cuba são em breve devoradas; ei-los no continente. O mexicano os recebe com presentes; mas eles querem tudo, e não a pequena porção que a generosidade do asteca lhes concede. Avançam tão desensofridamente, que logo se revelam e permitem ao mexicano repelir esta primeira investida. Fogem: “Ide – diziam os mexicanos, no furor do seu ódio – ide salteadores, para longe, sofrer a punição de vossos crimes”. Fugiram, mas voltaram, e, desta vez, mostraram que eram mais fortes: “(...) tirando da expedição os proveitos imediatos, possíveis. O primeiro cuidado de Cortés foi reclamar de Guatemozin uma larga contribuição; e como o monarca indígena se negasse obstinadamente a entregar-lhe todos os seus tesouros, o chefe espanhol o submeteu a torturas horríveis...”

Ainda os astecas não tinham sido totalmente devorados, e já outros heróis buscavam o Peru e as suas riquezas fabulosas. O inca os recebe “enviando-lhes muitos presentes, mas pedindo-lhes que se retirem”. Nós já sabemos que, para o caso, os presentes têm um efeito contraproducente – atijam os apetites. O pobre monarca é preso; propõe ao herói: “dar-lhe ouro em quantidade suficiente para encher a sala em que estava recluso, se o capitão quisesse pô-lo em liberdade.” Pizarro aceitou o ouro, fez enforcar o desgraçado e “reduzir a cinzas o seu cadáver”. Outros foram queimados vivos... Um outro príncipe, “sabendo do que prometera Ataliba (o inca prisioneiro), ofereceu aos espanhóis o dobro do ouro, se eles o quisessem colocar no trono. Esta proposta incendeu incrivelmente o ânimo dos

conquistadores...” Bem se vê que não foi difícil aos americanos – rudes como eram – o descobrir o pensamento encoberto que para ali levava esses outros heróis ibéricos... Ofereciam-lhes ouro aos montes...

“A corte de Madri recebia com indizível satisfação as notícias que iam da América, e tratava de estimular o espírito dos aventureiros...” Pudera! “Basta que recordemos que Pizarro, assim que se apoderou do antigo império dos incas, além dos cabedais fabulosos que remeteu para a Espanha e do que para si reservou, distribuiu a cada soldado cerca de 300 marcos de ouro puro... Enviou uma quinta parte a Carlos Quinto, ficou-se com outra, deu o restante aos soldados – cerca de 172 mil francos”. A *história*, comenta um outro historiador, *não oferece nenhum exemplo de soldados tão subitamente enriquecidos*. “Assim, é natural que todas as famílias quisessem mandar representantes seus ao Novo Mundo, a recolher a sua porção do precioso metal... e as chusmas *emigravam* para a América. *Emigravam* não é o termo apropriado: corriam pressurosos à procura de tesouros, para gozá-los depois em sossego na terra pátria”.

Dois impérios já estão devorados; resta a América Central – Yucatán e Bagotá. Era aquele um império cuja grandeza se avalia pelos 230 mil homens que Tecum-Umam opôs ao herói peninsular – Alvarado, cujos canhões e mosquetes não tardam, porém, em repetir as façanhas de Cortés no México, estabelecendo-se logo um regime, sob o qual “até aos missionários custava suportar a ardileza e jactância das autoridades”. Agora, chegam a Bagotá: “O príncipe acolheu os espanhóis com muita cordura, mas logo compreendeu que ia ser vítima da perfídia e crueldade dos invasores... As numerosas riquezas que ali encontraram produziram no ânimo dos espanhóis um deslumbramento que não se descreve... Numerosos templos e palácios atestavam pela sua faiscante riqueza o adiantamento...” Em tais condições, é de ver que Bagotá estava condenada; foi executada. “Daí, ainda os espanhóis avançaram para o Oeste, destronando os príncipes indígenas e massacrando as populações... Esta expedição voltou carregada de ouro...”

VII

Este ouro era arrancado pelos processos costumeiros. Em Cholula, “Cortés ordenou que penetrassem na cidade e fossem trucidados os

habitantes. Não pouparam nem velhos, nem mulheres, nem crianças. A carnificina horrorizou a alguns dos próprios espanhóis”. Parece que é o cúmulo!... Aí mesmo – México – “os espanhóis provocaram, numa festa pública, um enorme conflito com os naturais, e desse incidente se aproveitaram para assassinar cerca de 2 mil dos mais notáveis homens da corte”. Numa outra circunstância, “os soldados de Cortés *cansavam* de matar”.

No Peru, a matança tem como início um motivo *superior*. Foram ao inca, e

assim que este apareceu, aproximou-se o padre Vicente Valverde do seu trono e apresentou-lhe uma Bíblia, dizendo-lhe que aquele livro encerrava toda a ciência humana e divina e as vontades supremas do Deus dos cristãos; que o Deus dos cristãos tinha na Terra o seu representante, o papa, e que esse representante havia conferido ao rei da Espanha uma autoridade sem limite naqueles lados do mundo. O inca desgostou-se e repeliu o que lhe dizia Valverde e acabou por lançar ao chão a Bíblia. Foi a desgraça dos peruanos e do seu rei. Valverde, como um possesso, no mesmo instante ergue violentos gritos: *Vingança! Vingança aos infiéis!* E os espanhóis carregam de súbito sobre aquela pobre gente fazendo uma horrorosa carnificina! Para mais de 5 mil peruanos ficam ali mortos... A quantidade de ouro que viam por toda parte deslumbrava a tal ponto os espanhóis que a notícia do *Eldorado* deixava de ser para eles uma lenda.

Mataram, trucidaram, exterminaram, destruíram, incendiaram, arrasaram tudo o que havia. Aquele mundo, onde vinte anos atrás existiam duas civilizações originais, exuberantes, ricas de povos, tradições e monumentos – aquele mundo era agora um acampamento desordenado, restos de ruínas, cinzas e cadáveres... qual o lugar onde um rancho de selvagens devorou uma colméia: ramagem da árvore abatida para do seu côncavo tirar-se o cortiço; restos de casulos rotos por onde saem larvas mortas e pólen ainda não elaborado; restos de mel que escorreu dos lábios famintos e trêmulos de voracidade; frangalhos de corpos – das nuvens de insetos que as mãos e os pés implacáveis e impacientes foram esmagando tudo; isto sobre um chão calcinado, como os resíduos de uma coivara – o incêndio com que o selvagem se delicia no fim do repasto, para ver arder, numa chama só, a cera dos favos vazios, a lenha do tronco, o ramalho e a folhagem, as larvas e os corpos ainda trêmulos...

Não era possível eliminar todas aquelas populações de uma vez; alguns escaparam, fugitivos, que “iam nos alcantis e no recesso das florestas esconder a sua ira santa, sufocar os seus ódios bradantes contra o flagelo que os atormentava... Com eles retirou-se o último descendente dos incas, como um precito que parte para o degredo”. Viveram no seu esconderijo enquanto “houve tesouros a recolher sem canseira”. Esgotados estes, foram os espanhóis após os fugitivos “buscar alguma coisa que ainda restasse em poder deles, e a que a civilização tivesse direito”. O inca foi preso, processado e condenado à morte. Tudo que restava da antiga nação veio assistir à execução:

É uma das cenas mais horríveis da história da conquista. Amaru, como os seus antepassados, padecera o suplício, altivo e sereno. No momento em que o povo inteiro, como se fora um único peito, soluçava clamante, os espanhóis, e o próprio Toledo que contemplava o sacrifício das janelas do seu palácio, sentiram-se apavorados. Os padres pedem então a Amaru que faça calar aquela gente, e o inca havendo, com um gesto, imposto atenção, fez-se de súbito um silêncio de deserto!... Em 16 anos Toledo reuniu uma fortuna colossal e voltou para a Europa carregado de ouro e riquezas sem conta.

Transformação sedentária; degeneração

Latifundia perdidere Italiam.
Plínio

I

As riquezas dos incas e astecas foram assim devoradas num relance, os impérios eliminados e, dentro em pouco, não estava ali, de toda a riqueza sonhada, senão o solo, prodigiosamente rico de ouro e prata, e restos de tribos selvagens, apavoradas, combalidas, desmoralizadas. O espanhol, que apenas iniciara o seu parasitismo sobre a América, por essa forma depredadora, adaptou logo as suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. Colheu os restos de populações índias

sobreviventes às matanças, escravizou-as e fê-las produzir riquezas para ele – cavando a mina ou lavrando a terra¹⁸.

Acabou o parasitismo heróico; começa o sedentarismo, regime sob o qual a decadência se acentua e a degeneração se manifesta.

Quanto a Portugal, a passagem ao sedentarismo foi mais complexa. Ele era pequeno demais para a presa que se lhe deparou; esta lhe caiu dos dentes antes que se houvesse normalizado o parasitismo sedentário. A transformação ia se fazendo, mas foi perturbada, justamente, pela desproporção entre o parasita e a vítima. Ocorre também que a decadência já era muito pronunciada, de tal forma que a Lusitânia não se pôde defender contra os que lhe disputavam a presa:

Tudo se desmoronava... As esquadras perdiam-se inteiras... Já a covardia era tão vulgar como eram de antes a audácia e a bravura. Entre outros casos, conta-se o de um filipebote holandês tomando um galeão que montava dobrada artilharia e guarnição. Em 1591 e 92, de 18 navios de alto bordo saídos da Índia só duas naus chegaram ao Tejo, porque vinham vazias por velhas, e a destruição do poder marítimo português garantiu para todo o sempre a destruição consumada do império do Oriente.

Foi-se a Índia, e Portugal perdeu até a independência. Todavia, mesmo nessa hora de crise, ele não deixou de viver parasitariamente. Quando o holandês e o inglês o despojaram, já o Brasil era uma colônia, estava preparado para sustentá-lo – o Brasil e a África. O Brasil dá-lhe os tributos, díizimos e monopólios, a África dá-lhe o tráfico dos negros. Devorando a Índia, Portugal ia enviando para aqui os seus degredados, e os fidalgos mal aquinhoados na partilha do Oriente; e uns e outros foram fazendo no Brasil o mesmo que a Espanha fazia no resto da América – obrigaram logo o índio a trabalhar para eles.

¹⁸ O próprio árabe deu-lhe o modelo e o exemplo desta transformação: “A transformação do predatismo em parasitismo é toda a história das tribos árabes do Moghreb. No começo, a destruição pura e simples das populações que resistem, a *razzia* predadora. Mais tarde, a tosquia regulada do país, os habitantes dos oásis reduzidos à condição de colonos parciários, duramente explorados pelos nômades, que vinham na época das colheitas embolsar tributos”. Massart et Vandervelde, *Parasitisme organique el parasitisme social*.

Estava encaminhado para o parasitismo sedentário, regime que é favorecido pela circunstância de ser portuguesa a África. Pisando ali, nós o vimos, os portugueses, na falta de riquezas acumula das, de minas ou tesouros a colher, achando a terra coberta de negros, trataram logo de aproveitar isto mesmo que se lhes oferecia. O primeiro português que pisou a costa da África equatorial – Gil Eanes, em 1438 – trouxe logo de lá negros escravos para vender. E a mina nunca mais foi abandonada. Descobrem-se ao mesmo tempo as ilhas do Atlântico, e os negros são logo aproveitados para ir lavrar a terra, ali, para os colonos portugueses. Aproveitaram-nos também na península, onde todos os misteres baixos passaram a ser executados geralmente por pretos. Logo depois, descobriu-se a América; as riquezas havidas dos incas e astecas dissolvem-se nos estômagos vastos do heroísmo castelhano; o índio escravizado reluta ainda, recalcitra, não chega a produzir a contento do colono, e este, que tem notícia do magnífico proveito que o português soube tirar do negro africano nas ilhas, faz importar negros. O tráfico desenvolve-se prodigiosamente. No Brasil, os poucos colonos, em luta também com a má vontade do índio, adotam a idéia, pedem negros, e a África se constitui, assim, numa fonte de copiosos recursos para o reino. É um parasitismo depredador – o tráfico de escravos, mas que prepara por si mesmo o parasitismo sedentário. Alimentados pelo trabalho escravo, os colonos se desenvolvem tanto, floresce de tal forma a colônia, que outros são tentados a ir explorá-la. Assim se fez o Brasil – um produto espontâneo da fertilidade das terras e do tráfico de escravos. “Sem os negros, o Brasil não teria existido”, afirma convencido, quase orgulhoso, Oliveira Martins; e continua:

Foi em 1442 que vieram por mar escravos negros da Guiné; e em 1461 já o *resgate* se fazia pacificamente na Senegambia (...) diretamente entre os portugueses e os soberanos indígenas. Assim começou o tráfico, e os ensaios feitos na exploração da Madeira e Açores levaram mais tarde a exportação para Cabo Verde, para S. Tomé, finalmente para o Brasil e para todas as Índias ocidentais. A mina de trabalho negro valia tanto ou mais do que as minas de prata e ouro do Novo Mundo. De 1575 a 1591, só de Angola tinham saído mais de 50 mil negros; e na primeira metade do século XVII, a exportação anual atingia 15 mil peças da Índia (...) Essa exportação atingiu proporções desconhecidas até então. Regulamentam-se, protegem-se. As levas de escravos iam batiza das; ainda em nossos dias um viajante viu na Alfândega de Luanda a cadeira de mármore

de onde o bispo, no cais, abençoava os rebanhos de negros que embarcavam para o Brasil. (...) Nos primeiros anos da Companhia do Grão-Pará, a importação de negros no Brasil chegou a 100 mil cabeças por ano. Só de Angola saíram para o Brasil, no período de 46 anos, 642 mil escravos. O rendimento dessa exportação era de 160 contos, quando o orçamento total da colônia era de 190. Só a praça de Liverpool tinha 90 navios para o transporte exclusivo de negros para a América do Norte. Cuba comprou, em 39 anos, 388.400 escravos às colônias portuguesas.

Num período de 40 anos foram exportados das colônias portuguesas em África 4.952.000 negros. Era uma boa fonte de receita.¹⁹

Foi à custa desta mina e dos tributos e monopólios da colônia americana que Portugal passou a viver, quando o despojaram por completo da Índia. Em 1576, trinta e poucos anos depois de iniciada a colonização, já o Brasil produzia 70 mil caixas de açúcar, fora algodão e pau-brasil. Por ocasião da derrocada do domínio colonial português, o Brasil já era bastante forte – e tanto que, por si mesmo, desobedecendo aos tratados da metrópole, defendeu a soberania nacional e repeliu o holandês, que, no Oriente, recolhera grande parte desse domínio. Quando Portugal decaído tenta “esse arremedo de ressurreição – a separação da Espanha dos Filipes – o padre Vieira, considerando tudo perdido, aconselha o regente a embarcar a casa de Bragança para o Brasil, abandonando o reino à sua sorte...”

II

Não é aqui lugar de fazer a crítica do regime colonial aplicado às colônias americanas pelos países ibéricos. Esse estudo será feito metodicamente, a seu tempo, quando for mister analisar os efeitos do parasitismo sobre as sociedades coloniais – sobre as futuras nacionalidades. Agora, o intento é mostrar, apenas, na sucessão cronológica da vida das nações ibéricas, como elas viveram sempre, desde o primeiro momento de uma vida parasitária; como se educaram nessas depredações; como se viciaram e se perverteram; como, de guerreiras por necessidade, passaram a aventureiras por educação, e como, de aventureiras e depredadoras, se

fizeram parasitas sedentárias: “esgotados os tesouros indígenas da América, os espanhóis entregaram-se às minas...”

Os próprios escritores lusitanos não hesitam em reconhecer que o pequeno reino viveu toda a sua vida exclusivamente das colônias. “O Brasil e a África ainda rendiam pouco (1530), mas a Índia estava em plena razão de receitas...” Perdida a Índia:

Despovoado e inculto o reino, miseráveis as populações, nem riqueza, nem trabalho, as minas do Brasil deram ao rei e ao povo uma fortuna que o reino lhes negava.(...) Foi sobre o ouro do Brasil que se levantou o novo trono de D. Pedro II; foi com ele que D. João V e todo o reino puderam entregar-se ao entusiasmo dessa ópera ao divino, em que se desperdiçaram os tesouros americanos (...) O quinto do ouro começou a render cerca de 12 arrobas por mês. Para que se possa avaliar a sua importância, para que ninguém se iluda supondo que os desperdícios faustosos de D. João V traduzem um renascimento de riqueza natural do reino, poremos aqui uma nota das massas de metais e pedras preciosas que D. João V recebeu do Brasil: 130 milhões de cruzados; 100 mil moedas de ouro; 315 marcos de prata; 34 mil de ouro em barra; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados, de valor, em diamantes. Além de tudo isto, o imposto dos quintos e o monopólio do pau-brasil rendiam anualmente para o tesouro cerca de milhão e meio de cruzados (...) O marquês de Pombal, rico pelos quintos do Brasil, levantava a nova cidade [Lisboa, após o terremoto] utilitária e abstrata (...) O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias sensatas e insensatas. Dera para D. João satisfazer a sua loucura de ostentação majestática e fradesca; dava agora para o marquês de Pombal construir uma nação de estufa (...) Quando o Brasil começou a render, D. João começou a reinar e a gastar (...) Arruinada no fim do século XVI (pela perda da Índia), a nação arrasta uma vida pedinte e miserável no século XVII. No século XVIII, o rendimento do Brasil vem dar riqueza a um país desolado e despovoado.

Faz-se a independência do Brasil, Portugal quase enlouquece, tonto, alucinado, sem querer admitir que tenha de viver fora da sua antiga presa:

Depois da independência do Brasil, a sociedade perdida, rota, faminta, sem bem e sem governo (...) O Brasil separava-se, reconhecida formalmente a independência, varriam-se as esperanças de readquirir a fonte dos proventos nacionais; e os comerciantes arruinados, a alfândega deserta, o tesouro vazio, enchiam de

¹⁹ Conta-se que um barão português vendeu a rainha negra com quem casara e a corte inteira.

desespero os cérebros, donde a história de três séculos (de parasitismo) varrerá a lucidez.

Pensavam em exterminar todos os liberais, implantar o “terror absoluto, em nome de Deus e do Rei, para fazer voltar os bons tempos piedosos e com eles o Brasil!... A esperança de readquirir o Brasil, à custa do qual esse antigo regime podia conservar-se em paz e sossego”. Agora, queriam todos parasitar diretamente do Estado,

..., obter empregos, secada a fonte do Brasil, a nação devastada, sem agricultura nem trabalho, esmolava à porta das secretarias como a plebe esmolava seu caldo nas portarias dos conventos (...) A separação do Brasil secando o erário, fez erguer Portugal da sua *sonolência* e medir ao certo o cúmulo de miséria a que se chegava (...) As cortes e todo o reino, observando a miséria em que se caía, os interessados, partidários do velho regime, vendo secar-se a fonte do seu parasitismo, propunham-se unanimemente a fazer retrogradar a história. Os produtos de Portugal davam apenas para o consumo de dois ou três meses: todo o resto se comprava com ouro, que antes vinha do Brasil. Agora secado esse rio, como se havia de viver? Das indústrias nacionais? Portugal não tecia uma polegada de algodão e mandava sua cortiça à Inglaterra para a receber sob a forma de rolhas. De 1820 a 1828 havia ainda uma esperança positiva e universal: a expedição que tinha de ir reconquistar o Brasil. (...) Portugal histórico, a nação que vivera da Índia, depois do Brasil. (...) escritório de uma vasta fazenda ultramarina, acabava por uma vez, para todo o sempre.

III

Estas transcrições já nos instruem bastante sobre os efeitos de um tal regime parasitário sobre a vida interna dessas nações.

Transcrevamos ainda algumas linhas, que completarão o quadro das sociedades peninsulares, adaptadas ao sedentarismo parasitário. Serão os últimos toques da prova – aliás supérflua – do parasitismo das metrópoles sobre as colônias.

Pela boca dos escritores da península nós já sabemos qual o Estado de espírito dessas populações ibéricas, ao receber as notícias das primeiras descobertas: “Os homens pensavam nos milhões de almas a ganhar para

Deus”! Montanhas de ouro a trazer para casa!... “A remessa das almas para Deus era coisa fácil: o bispo batizava e abençoava, às centenas de milhares, de um só gesto – estava o caso concluído”. O importante era recolher a riqueza e digeri-la. Todo o mundo correu à obra, todas as classes se incorporaram ao parasitismo. O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos:

...ia de porta em porta, pelas casas fidalgas, pelos conventos e passeios dos prelados, coneziás e abadias, pedir que lhe matassem a fome (...) Viviam indolente, luxuosa e miseravelmente (...) As classes sociais estavam confundidas, e os plebeus olhavam com desdém para as profissões mecânicas, por irem às conquistas batalhar, afidalgar-se. Não haveria barbeiros, nem sapateiros, nem artífices, se não fossem os de fora. *Todos d’el-rei, todos d’el-rei* (...) A América produzia com o trabalho dos negros o bastante para alimentar o luxo de uma aristocracia perdida e a ociosidade de uma classe média beata(...) Se a terra, vinculada a uma fidalguia ignorante e devassa, deixara de cultivar-se, que importava isto quando as rendas ultramarinas vinham preencher os déficits do tesouro régio e pagar as rendas e esmolos que o monarca distribuía a mãos largas? O povo embrutecido e mole, perdidos os hábitos do trabalho e o vigor da inteligência, deixava correr ociosa e idiota uma vida cujo princípio não compreendia. Olhava com indiferença para o torrão ericado de grama; e, humildemente curvado à passagem do morgado, batia contrito nos peitos, ao ver deslizarem pelas veredas, que o inverno abria em sulcos, os bandos de frades gordos, chouteando nas suas mulas luzidias. Bastava-lhe a pompa do culto para alimentar o seu sentimento estético; quando chegava a fome, bastavam-lhe as sopas das portarias dos conventos...

Em Portugal, também

a agricultura estava inteiramente abandonada; os escravos desempenhavam todos os misteres domésticos, e os estrangeiros todas as indústrias (...) Os escravos, em número de 10 mil, representavam a oitava parte da população da capital; e os seus donos faziam deles criação como se foram bestas(...) Pelas ruas, milhares de negras passavam vendendo água por conta dos senhores (...) Na

embriaguez de tanta riqueza, quem se atreveria a afirmar que a nação se arruinava? que os campos se despovoavam? que a miséria crescia?...

Contra esta miséria que é que se faz? Leis, estabelecendo que “ninguém pode ter à mesa mais que um assado, um cozido e um picado”. Vedam-se assim, por decreto, todos os hábitos de luxo. A legislação, porém, comenta ingenuamente o historiador, nada podia contra a tendência dos costumes... Quem viu Portugal por esse tempo, descreveu-o como uma região desolada, nua. Extensas campinas reduziam-se a poucas folhas cultivadas, em volta de pequenas aldeias de 30 ou 40 vizinhos. O comum das terras estava coberto de urzes, roídas pelas cabras silvestres.

Assim era toda a península. “Portugal já não produzia pão... importava, só por Lisboa, 4 mil contos de pão, cada ano... Na Espanha, a formação de uma aristocracia do dinheiro abafa o desenvolvimento normal das sociedades e a reconstituição progressiva das classes sobre a base do trabalho”.

IV

O parasitismo normalizou-se, entrou nos costumes, como a coisa mais natural da vida.

D. Manuel perdoava tudo (...) Desde o rei até o mais ínfimo dos moços da chusma, todos eram comerciantes. D. Manuel em pessoa achava graça às manhas e expedientes vis com que se explorava a Índia, contanto que lhe mandassem ouro e preciosidades para sua corte faustosa. (...) Enriquecidas pelos tributos e rapinas, as cortes peninsulares trataram de deslumbrar a Europa: o paço é um palácio – o rei comia, adormecia, ouvia os conselheiros ao som de músicas permanentes (...) Imperar passou a ser a satisfação de um gozo pessoal.

A Coroa portuguesa fez-se negociante – estendeu balcão: “Guardou para si o monopólio de certos gêneros de exportação; e da importação, a pimenta era privilégio seu... Aceitava tudo, tudo perdoava, desde que lhe viesse dinheiro... Queria mostrar ao mundo o que valia e o que podia, ostentando a sua riqueza em Roma, onde o seu embaixador tinha de pagar tudo a peso de ouro”.

O luxo generalizou-se com as riquezas fáceis: “As armas eram objetos de arte: rodilhas tauxiadas, adagas esmaltadas. Alguns tinham chegado a fazer de sedas de cores as tendas de campanha com grampos dourados...” Luxo e gozo por toda a parte: “No campo onde foi destruído o exército de D. Sebastião, em África, recolheram-se 10 mil guitarras... Já não era uma ostentação ingênua, era um luxo impertinente”. Tudo servia, que pudesse pagar esse luxo:

“O rei dera a um fidalgo o exclusivo das casas de prostituição em certa vila do Algarve”.

O luxo e o esbanjamento – efeitos das riquezas fáceis – provocavam crises terríveis: “As rendas do Tesouro não chegavam para custear as despesas; o rei esmolava empréstimos... O abandono de Arzila e das demais praças africanas não teve outro motivo”. A miséria estende-se a todas as classes:

Lisboa regurgitava de pobres, e morria gente de fome pelas ruas. As ordens religiosas – quintessência do parasitismo – incharam até serem donas da terça parte do reino (...) Os colégios (dos jesuítas) transformaram-se em sociedades mercantis (...) O embaixador português, em Roma, recebia os honorários em saques sobre os jesuítas (...) A fradaria enxameava (...).

Só a Patriarcal de Lisboa contava mais de 400 serventuários mais de 30 mestres de cerimônias (...) *Afradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruína-nos!*

As receitas do Tesouro se compõem de privilégios, monopólios, dízimos e até das tomadias de contrabandos – um sistema arcaico de tributos, cuja arrecadação era arrematada, ou contratada com os favorecidos e válidos: “Considerava-se como uma das melhores postas a superintendência dos contrabandos”. A sociedade na sua totalidade é assim definida:

Enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados (...) No paço os canais e empenhos vendiam tudo (...) Portugal quase que se tornara um comunismo monástico, em que as classes privilegiadas, fruindo todos os rendimentos, distribuíam comedorias à nação sob a forma de empregos e outras. O Brasil dava para tudo. As ordens militares desfrutavam os bens de 653 comendas, e nas secretarias

havia um exército (...) Os conventos eram 534, com 12 mil frades e freiras, com uma renda igual a 1/6 da receita total do reino, e milhares de moios de trigo, de cevada, milho, pipas de vinho (...) legiões de porcos e carneiros, nuvens de patos (...) Orçava-se em 30 mil o número dos eclesiásticos, com um rendimento total avaliado em 6 mil contos – quando o orçamento tinha como receita 6 mil contos.

Em Espanha, era o mesmo espetáculo:

Só o bispado de Calahorra contava 17 mil clérigos – tão dignos de castigos, diz Cabrera, que o lugar de alcaide da prisão episcopal valia 1.500 ducados. A cleresia representava um quarto da população adulta; por um censo feito sob Filipe II: eram 312 mil padres, 200 mil clérigos de ordens menores e... 400 mil frades. A população baixou de 10 milhões a 8.

Sob Filipe III, havia ali “988 conventos de mulheres, e 32 mil frades pedintes. O número dos mosteiros triplicara durante os 50 anos que precederam 1624, e o número dos frades cresceu numa proporção ainda mais forte. O recenseamento de 1788 dá um total de 1.221.000 padres, soldados, nobres, advogados, empregados do fisco, estudantes e criados, sobre 3.800.000 homens, ao todo, e dos quais ainda se deve deduzir a massa dos mendigos e vagabundos”.²⁰ A indústria perece, desaparece, quase.

A terra verga sob o peso dos impostos, a indústria cai em ruínas. Em Sevilha, havia no tempo de Carlos V 16 mil teares de seda e lã. À morte de Filipe III há 400 apenas. Em 1574, já não se explora o azougue... As minas Guadalcanal perderam-se porque os engenheiros as deixaram inundar. Filipe II mandara fechar as minas de Espanha para que não diminuíssem de valor os metais vindos das colônias – as de casa em todo o tempo se podiam explorar...

V

Está excessivamente demonstrado o parasitismo peninsular. Vimos qual foi a sua marcha: período de educação agressiva, em que a depressão é um epifenômeno; período de expansão depredadora, da guerra pela rapina e

²⁰ Roscher, *Principes d'économie politique*, t. 11, p.144.

pelo saque; período de fixação sedentária. É esta mesma a marcha do parasitismo nos organismos biológicos: ataques fortuitos, que desenvolvem o gosto pelas depredações, depredações sistemáticas, fixação – parasitismo sedentário. Nesta condição, advém sempre ao parasita a degeneração: uma decadência progressiva de todo o organismo, de todas as faculdades, menos do aparelho reprodutor... Sobreveio, a estas nações peninsulares, a degeneração fatal ao parasita sedentário?... Se manifestou essa degeneração, e se ela vem em seguida ao regime parasitário a que tais povos se afizeram, impossível será desconhecer que ela é efeito deste mesmo regime.

VI

É ocioso buscar mais provas dessa degeneração nas nacionalidades ibéricas. Ela se traduz pelo abatimento e pela decadência em que se acham ainda hoje aquelas nações. Nas páginas que acabamos de transcrever a degradação transparece em todas as linhas. Cada um dos fenômenos de adaptação das sociedades peninsulares a esta vida parasitária é um indício de degeneração. Ela se manifesta em todos os gêneros de atividade.

As sociedades não podem suspender a sua evolução. No momento em que, em defesa dos seus interesses, as classes dominantes se obstinam em não progredir, em conservar as coisas para todo o sempre no mesmo estado, a sociedade – que não é possível fazer parar – entra a retrogradar. Um século de estagnação política, de conservantismo sistemático, é um século de regresso social. As nações da península viveram assim, não um século, mas três. No momento em que normalizaram a vida como parasitas – entenderam todos que estavam no melhor dos mundos e que o essencial era não modificar em nada a situação. A Inquisição e a Companhia de Jesus incumbiram-se de matar todas as veleidades de progresso; a história dessas duas instituições é a história da degeneração ibérica, que se vê perfeitamente retratada neste quadro, devido a um dos mais vigorosos e conscienciosos dos escritores peninsulares atuais – o Sr. Teófilo Braga.

A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos acadêmicos, dos imitadores. Saímos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se no ar livre: entramos num recinto acanhado – séculos XVII e XVIII – e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos vermes

velhos e habitada por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação febril, falsa e artificialmente provocada, de Góngora; depois da afetação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar considera-se um perigo e uma inferioridade: uma obra poética é tanto mais perfeita, quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica e o poema herói-cômico, isto é, a afetação e a degradação da poesia. Quanto à verdade humana, ao sentimento popular e nacional ninguém se preocupava com isso. A invenção e originalidade, nessa época deplorável encontra-se toda na descrição unicamente galhofeira das misérias, das intrigas, dos expedientes da vida ordinária. Os romances picarescos espanhóis e as comédias populares portuguesas são os irrefutáveis atos de acusação que, contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício. Fora desta realidade pungente, a literatura oficial e palaciana espalhava-se pelas regiões insípidas do discurso acadêmico, da oração fúnebre, do panegírico encomendado – gêneros artificiais, pueris, e, mais que tudo, soporíferos. Com um tal estado dos espíritos o que se podia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para essas lúgubres moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do Classicismo, ergueu também as massas compactas e friamente corretas, na sua falta de expressão, da arquitetura jesuíta. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso, e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerônimos, da Batalha, da Catedral de Burgos! O espírito depravado da sociedade, refletiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre, perante a história, uma incorruptível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral. Essa morte não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior

honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico: – onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopéia do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta de uma grande lei científica, de um sistema, de um fato capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência; foi sobretudo pela falta da ciência que nós descemos, que nos degradamos, que nos anulamos. A alma morrera dentro em nós completamente.

Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria, chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se com efeito. Nos grandes, a corrupção faustosa da vida da corte, onde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos. É a época das amásias e dos filhos bastardos. O que era então a mulher do povo em face das tentações do ouro aristocrático, vê-se bem no escandaloso Processo de nulidade do matrimônio de Afonso VI e nas Memórias do cavalheiro de Oliveira. Ser rufião é um ofício geralmente admitido, e que se pratica com aproveitamento na própria corte. A religião deixa de ser um sentimento vivo, torna-se uma prática, ininteligente, formal, mecânica. O que eram os frades sabemo-lo todos: os costumes picarescos e ignóbeis dessa classe são ainda hoje memorados pelo Decamerão da tradição popular. O pior é que esses histriões tonsurados eram ao mesmo tempo sanguinários. A Inquisição pesava sobre as consciências como a abóbada de um cárcere. O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento moral e a energia da vontade pessoal, esmagado, destruído pelo medo. Os casuístas dos séculos XVII e XVIII deixaram-nos um vergonhoso monumento do requinte bestial de todos os vícios, da depravação das imaginações, das misérias íntimas da família, da perdição dos costumes, que corroía aquelas sociedades deploráveis. Isto por um lado; porque, pelo outro, os casuístas mostram-nos

também a que abaixamento moral chegara o espírito do clero, cavando todos os dias esse lodo, revolvendo com afinco, com predileção, quase com amor, aquele montão graveolente de objeções. Todas essas misérias íntimas refletem-se fielmente na literatura. O que era no século XVII a moral pública vê-se (e com todo o relevo de uma pena sarcástica e inexorável) na Arte de furtar do padre Antônio Vieira. Enquanto aos documentos para a história da família e dos costumes privados, encontramos-los na Carta de guia de casados de Francisco Manuel, nas farsas populares portuguesas, e nos romances picarescos espanhóis. “O espírito peninsular descera, de degrau em degrau, até ao último termo da depravação”.

Mais alguns extratos, que completem esse quadro de decadência. Os povos:

(...) afogados, extenuados, cadavéricos, já sem alma, nem pensamento, nem vontade (...). Da população restava, apenas, a baba vil como os limos e restos que a onda abandona com desprezo quando vai fugindo da praia (...) um povo macilento e inerte, com a cabeça oca, os lábios sempre ocupados a rezar ladainhas e rosários (...) uma sombra apenas, fantasma sem fisionomia nem caráter, passivo, obediente, nulo, idiota, beato (...) Governo, exército, diplomacia eram coisas quase fantásticas, sem base, efêmeras, que viviam de fórmulas e convenções, apenas, divorciados da natureza (...) A perversão dos instintos, o vazio das inteligências, a maldade imbecil e a carolice piegas e *lúbrica* retratavam a primor o estado caduco do corpo da nação amortalhada num sudário de brocados de sacristia (...) a nação estava decrépita e doida.

Gente ociosa, corrillera, pendenciera, tahura, que hace de las mujeres públicas ganancia particular, diz Hurtado de Mendoza, das populações espanholas. Nessa mesma Espanha, a Universidade de Salamanca se obstina contra a ciência moderna: “Nada ensena Newton para hacer buenos lógicos o metafísicos; e Gassendi y Descartes no van tan acordes como Aristoteles con la verdad revelada”. Em Portugal, o culto da ignorância não é menos intransigente: “Não havia nem um geógrafo, nem um cosmógrafo; o tipo do desembargador tornara-se universal nos cargos, absoluto na inépcia e na sonolência, de uma nação que nada sabia (...) Os capítulos dos Três-Estados pedem a abolição dos estudos de Coimbra...”

Esta decadência intelectual não pode admirar a ninguém – é fatal: “Em matéria social, a degenerescência parasitária é antes de tudo cerebral.”²¹ São as faculdades intelectuais que se atrofiam...” Entre os sintomas dessa degeneração, há um outro que vem afirmar categoricamente a sua estreita relação com o parasitismo. É a extensão dos vícios genesíacos: “Já em tempos anteriores, um professor belga, viajando na península, escrevia. Vênus é, em toda a Espanha, exatamente como outrora em Tebas. O rufião, o pícaro são agora os genuínos sucessores do herói e do soldado”. É natural essa perversão; no parasita degenerado, atrofiam-se todos os órgãos, para dar lugar ao desenvolvimento exagerado do aparelho genital. A prole não vingará, ele não terá descendência; mas o exagero, ou melhor, a perversão dos instintos genitais, é fatal. São lendárias e célebres as orgias e depravações dos representantes das aristocracias e mais classes privilegiadas.

Esta decadência procede diretamente do parasitismo – à custa do qual viviam essas nações. Por uma espécie de decoro, de pejo retrospectivo, os sociólogos da península nem sempre o reconhecem, e buscam razões quase místicas que expliquem a degeneração: “...O cansaço depois da grande obra e as conseqüências dela. Toda a energia, vencida, se perverte, e assim a Espanha, além de sofrer das conseqüências gerais, desorganizadoras, provoca das pelas descobertas, sofria particularmente da perversão do espírito com que nobre e entusiasticamente avassalara a Europa”. Esta estirada logomaquia trai bem o esforço para encobrir em fórmulas pomposas o fato brutal, evidente. É mesmo extraordinário este trabalho todo para dissolver em laboriosas abstrações uma causa tão simples e natural.

VII

Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos

²¹ J. Massart, E. Vandervelde. *Parasitisme organique et parasitisme social*.

representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalçitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde. Do ouro tira-se o quinto para a metrópole; tributa-se o açúcar, monopoliza-se o comércio; e corre para a mãe-pátria um caudal de riqueza. Todo o mundo vive dessa riqueza, ou diretamente – explorando na colônia o trabalho escravo, ou indiretamente sobre o Estado; não se compreendia viver de outra forma. Quem não tem ainda função ativa entre os exploradores, não trata de outra coisa senão de colocar-se. Nas metrópoles, as cortes se desenvolvem, crescem, proliferam, alastram, até abranger todas as classes aristocráticas; multiplicam-se os cargos e prebendas hereditárias; há uma pensão para cada nobre. Em torno de cada senhor se forma uma corte secundária, porque todo o mundo se desgosta das profissões modestas e laboriosas, e quem não pode montar casa, só busca agregar-se a um grande solar qualquer, onde, sem trabalhar, possa alcançar um meio de vida e uma situação. É como nos tempos da decadência romana. Mommsen salienta bem essa proliferação de parasitas: “Ociosos – ardelions – sempre pressurosos, prontos a todas as tarefas, cavalheiros de indústria, famintos, à cata de um repasto, mendigos em andrajos e em savatas, todo um mundo que acha cômodo e digno viver às expensas de qualquer dos grandes personagens, subsistindo pelo seu favor e esmolas”. Os campos são abandonados; os poucos proprietários que ainda fazem trabalhar as suas terras mantêm os domínios numa semi-servidão; as populações rurais vivem numa ignorância absoluta, agitadas pelas superstições mais grosseiras. Todo o mundo corre para as cidades, e a cidade é o parasitismo, pois que não há indústria, não há trabalho. Os conventos se enchem, a Igreja abrange todo o resto da nação que não está agregado ao Estado. Este, porém, vasto como é, não representa nenhum serviço de utilidade pública. Compreende apenas: a força pública – para manter a máquina de exações; a justiça – para condenar; a corte e os empregados do fisco. Todo o pensamento político se resume em conservar as coisas como estão, em manter a presa. Para isto, fecham-se as colônias completamente, absolutamente, ao resto do mundo; toda a sua produção tem de passar pela metrópole, que deve tirar a sua parte.

Não há na sociedade da metrópole uma classe, um órgão, que não participe dessa vida parasitária a que se entregou a nação. Ela apresenta o

todo perfeito de um organismo social preso a outro, sugando-o. E o pior é que parte deste organismo degenerado transborda necessariamente sobre a colônia, e vai viver lá: são os agentes da administração, os representantes dos monopólios, e os próprios colonos em grande parte. Quer na lavoura agrícola, quer na mineração, o regime adotado é exclusivamente a exploração do trabalho escravo. As fazendas são espécies de latifúndios romanos, onde trabalham centenas, milhares de negros e índios. Muitos dos senhores colonos, na posse e no gozo de vastos domínios agrícolas ou copiosas minas, passam grande parte do tempo na metrópole, ou lá residem normalmente, e lá esbanjam a riqueza que arrancam ao escravo, à força de chicote e maus tratos. Amparada pelo Estado – ou melhor, amparando-se um ao outro – a Igreja estende a sua trama sobre a nova sociedade que se vai formando; escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia superstições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social. É a escravidão absoluta, intelectual e moral. Ao mesmo tempo, explora como pode o trabalho das pobres raças escravizadas, enriquece com ele, e lá vai para Roma, ou para onde for mister, todo o fruto do trabalho de milhares e milhares de índios e negros.²²

Todos esses órgãos, que se projetam da metrópole sobre a colônia, são os dispositivos próprios a facilitar a exploração da presa. Tais órgãos se desenvolvem e se aperfeiçoam cada vez mais, à proporção que o parasitismo mais se acentua. Nos fenômenos de degeneração parasitária, esse desenvolvimento dos órgãos de sucção tem uma significação categórica. Na transição do parasitismo depredador para o sedentário, atrofiam-se todos os outros órgãos e aparelhos internos e dos sentidos, ao mesmo tempo que se desenvolvem os colchetes e ventosas que prendem e esgotam a vítima. É por isso que, nos primeiros tempos, mesmo nas colônias, não havia muito quem protestasse contra essa ordem de coisas. A sociedade colonial compreendia, então, duas classes, perfeitamente distintas – os escravos índios e pretos, e as várias sortes de instrumentos que a metrópole atirava para lá, a fim de apropriar-se do trabalho desses escravos. Só depois é que, entre uma e outra dessas duas classes, se foi formando uma terceira, que se apresentará então como o novo elemento americano. Os únicos que poderiam reclamar, se soubessem, se tivessem o direito de falar,

²² Só uma fazenda de jesuítas, nas Antilhas, dirigida pelo padre Lavalette, possuía mais de 2 mil escravos negros.

esses, coitados! não estão em condições de provocar reformas. A colônia é parasitada; mas, mesmo dentro da colônia, o parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se!...

É natural, pois, que a Espanha – Espanha e Portugal- pudesse conservar por mais de dois séculos esse regime, absolutamente, obstinadamente conservador: viviam todos muito bem acolhidos no corpo do Estado, embrutecidos no seio da Igreja. Enquanto os outros povos, segundo a evolução normal das sociedades ocidentais, passavam do viver militar ao regime industrial, e entravam na fase verdadeiramente produtora, as nações ibéricas transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia o ideal – sugar! sugar! sugar!... E, de decadência em decadência, degenerando e retrogradando sempre, chegaram a perder todo o caráter primitivo, toda a originalidade própria – estética e filosófica. Momento houve em que não possuíam outras características além das que são comuns aos povos parasitas: foi o momento da desagregação, da consumpção. Então, não tinham mais forças nem para se conservar apegados às suas vítimas. Caíram como os carrapatos maduros: “Foi o acordar estonteado...” Não sabiam como tornar à vida: “(...) as idéias rodopiavam nesses cérebros combalidos por séculos de atrofia... a vista pervertida mostra-lhes coisas extravagantes; e a terra andava-lhes à roda, diante dos olhos espantosos e vítreos de moribundo...” Viveram 300 anos indiferentes à evolução que se fazia no resto do mundo, obstinados em permanecer no passado, e esse passado levou-os quase à morte...